



**Christiano Sanches do Valle Silva**

**Questões de poder e ideologia nos estudos  
e na prática da interpretação**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Marcia do Amaral Peixoto Martins

Rio de Janeiro  
Março de 2013



**Christiano Sanches do Valle Silva**

**Questões do poder e ideologia nos estudos  
e na prática da interpretação**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Marcia do Amaral Peixoto Martins**

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Profa. Helena Franco Martins**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Profa. Giovana Cordeiro Campos de Mello**

UFRJ

**Profa. Denise Berruezo Portinari**

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de março de 2013.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

### **Christiano Sanches do Valle Silva**

Graduou-se em Jornalismo na PUC-Rio em 1998. Cursou a Formação de Tradutores Inglês-Português na CCE/PUC-Rio em 2009 e a Formação em Interpretação de Conferências, também na CCE/PUC-Rio, em 2004/2005. Atua como intérprete de conferências profissional desde então, com os idiomas português, inglês e francês.

#### Ficha Catalográfica

Silva, Christiano Sanches do Valle

Questões de poder e ideologia nos estudos e na prática da interpretação / Christiano Sanches do Valle Silva; orientadora: Marcia do Amaral Peixoto Martins. – 2013.

87 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2013.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Interpretação. 3. Poder. 4. Ideologia. 5. Fidelidade. 6. Neutralidade. 7. Agentividade. 8. Discurso. I. Martins, Marcia do Amaral Peixoto. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

## Agradecimentos

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Marcia do Amaral Peixoto Martins, pela acolhida e pelo profundo cuidado e precisão com que me guiou no percurso desta pesquisa.

À PUC-Rio, pela bolsa VRAc, e à Faperj, pela Bolsa Nota 10, sem as quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À Chiquinha, pelo trabalho incansável e competente.

Aos amigos Marcelo Viégas, Alexandra Tsallis e Rodrigo Bentes, pelas sugestões que me ajudaram no início do processo e em seu fechamento.

À Silvia Becher, pelo incentivo e pelos livros emprestados, e Branca Vianna, pela leitura atenta.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Letras da PUC-Rio pelos ensinamentos e pela ajuda.

A todos que de uma forma ou de outra me estimularam ou me ajudaram.

À Suzana, em especial, por estar sempre ao meu lado.

## Resumo

Silva, Christiano Sanches do Valle; Martins, Marcia do Amaral Peixoto. **Questões de poder e ideologia nos estudos e na prática da interpretação.** Rio de Janeiro. 87 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho parte da percepção da existência de um conflito entre neutralidade e agentividade na Interpretação e procura caracterizar de que maneiras os conceitos de *poder* e *ideologia* informam tanto seus estudos, quanto sua prática. Uma discussão multidisciplinar sobre *poder* e *ideologia* é apresentada, para, em seguida, serem examinados alguns casos nos quais se pode observar esses conceitos de forma clara no contexto da Interpretação. Pode-se dizer que diferentes tipos de fidelidade são construídos de acordo com influências do meio em interação com os valores que informam o intérprete em sua atuação. São abordadas questões de ética e de controle do discurso por parte do intérprete, colocando em perspectiva os limites de sua atividade e favorecendo o pensamento crítico sobre a profissão e os estudos acadêmicos que a têm como objeto.

## Palavras chave

Interpretação; poder; ideologia; fidelidade; neutralidade; agentividade; discurso.

## Abstract

Silva, Christiano Sanches do Valle; Martins, Marcia do Amaral Peixoto (Advisor). **Issues of power and ideology in interpreting studies and practice**. Rio de Janeiro. 87 p. MSc. Dissertation – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Based on the perception that a conflict exists between neutrality and agency in Interpreting, this work tries to verify in what ways the concepts of *power* and *ideology* inform both the Interpreting Studies and the interpreter's activity. A multidisciplinary discussion on *power* and *ideology* is presented so that the necessary tools are gathered to examine some cases in which one can clearly observe these concepts within the scope of Interpreting. It can be said that different types of fidelity/faithfulness are established according to influences of the environment and their interaction with the values that inform the interpreter in his/her activity. Issues of ethics and control of discourse by interpreters are addressed, putting into perspective the limits of their occupation and encouraging a critical thinking approach to the role of interpreter and the academic studies which have it as their object.

## Keywords

Interpreting; power; ideology; fidelity; faithfulness; neutrality; agency; discourse.

## Sumário

Introdução	9
1. Breve contextualização da interpretação e seus estudos	17
1.1. A interpretação como atividade	17
1.2. A interpretação como campo de estudo	21
2. Discussão conceitual	27
2.1. O que dizem os dicionários	27
2.2. O poder a partir de uma abordagem filosófica	31
2.3. <i>Ideologia</i> na linguagem	34
2.4. <i>Poder e ideologia</i> nos Estudos da Tradução	39
2.5. <i>Poder e ideologia</i> nos Estudos da Interpretação	43
2.6. Sobre mediação	46
2.7. O intérprete nos códigos de ética	48
3. Apresentação e discussão de casos	54
3.1. Antiguidade: os dragomanos	54
3.2. Interpretação comunitária: asilo político	58
3.3. O intérprete do presidente Lula	61
3.4. Um caso de interpretação em língua de sinais na Ucrânia	66
3.5. O intérprete da FUNAI	68
3.6. Interpretação em fula no caso DSK	71
4. Considerações finais	75
Bibliografia	82

*“Behind a curtain of professional **neutrality**, conference interpreters dedicate themselves to their art with the utmost **passion**.”*

Legenda de foto na página de abertura do site da AIIC  
(Disponível em: <<http://aiic.net>>. Grifos nossos)



## Introdução

Ao ler a epígrafe acima, chamou-me a atenção a combinação de duas palavras tão díspares na mesma frase: neutralidade e paixão (*neutrality* e *passion*).

Enquanto a neutralidade aparece relacionada a um caráter de profissionalismo dos membros da AIIC (Associação Internacional de Intérpretes de Conferência), ou seja, uma neutralidade na postura do profissional, que não revela suas motivações mais íntimas e pessoais, a palavra *passion* remete, inevitavelmente, a algo de caráter mais emocional, em oposição ao racional.

Uma consulta rápida ao dicionário e o que encontramos é o seguinte:

### Neuter

2: taking no side: free **from marked bias or partiality**: NEUTRAL

### Neutral

1 a: **not engaged on either side**: not siding with or assisting either of two or more contending parties b: of a state or power: lending no active assistance to either or any belligerent

2: of or belonging to a **neutral state or power**: not involved in hostilities

### Neutrality

2 a: the quality or state of being neutral: a condition of being uninvolved in contests or controversies between others or of refraining from taking part on either side of such contest or controversy

4: **the quality or state of being intermediate**, falling between extremes, or belonging to neither one nor the other of two well-defined categories or classes

5: the quality or state of being **neuter**

### Passion

4 a: **the state of being subjected to or acted on by what is external or foreign to one's true nature**; *especially*: a state of desire or emotion that represents **the influence of what is external** and opposes thought and reason as the true activity of the human mind — contrasted with *action* b: a **capacity of being affected or acted upon by external agents or influences** <moldable and not moldable... and many other passions of matter— Francis Bacon>

5 a (1): EMOTION, FEELING

(Merriam-Webster's Unabridged Dictionary, 2003. Grifos nossos)

No contexto desta pesquisa, percebemos aí a evidência de um conflito antigo no meio da interpretação, ou seja, o embate entre a necessidade de ser aceito e conquistar a confiança dos interlocutores por meio de uma postura profissional que reflita neutralidade e as influências já tão amplamente discutidas do contexto sociopolítico

cultural no qual se dá a atividade do intérprete, esse intermediário que detém, no ato da interpretação, o poder do discurso.

No meio acadêmico, no âmbito de uma epistemologia pós-moderna hoje praticamente hegemônica, a neutralidade como valor em si não é possível, sendo o indivíduo afetado em suas ações e escolhas por toda a gama de variáveis de sua educação, vivência social e afetiva, valores pessoais, políticos, etc., aqui identificados como sua ideologia, como detalharemos mais adiante. Na tradução e na interpretação, situações que ensejam escolhas linguísticas e encontros entre culturas, seria difícil hoje em dia conceber que tais escolhas sejam feitas de maneira totalmente alheia ao meio no qual se inserem.

Entende-se aqui por tradução a tradução escrita, ou seja, práticas nas quais existe um material textual a ser transcrito em outro idioma. Existem controvérsias quanto à abrangência do termo “tradução”, mas não pretendo abordá-las aqui. Quanto à interpretação, esta seria aquilo que também se conhece como tradução oral, onde, na maioria das vezes, não há um texto como referência inicial ou final. A interpretação possui diferentes categorias, podendo ser simultânea, na qual, mais comumente, faz-se uso de equipamento específico para que não haja necessidade de turnos entre orador e intérprete; ou consecutiva, ou seja, a modalidade na qual não se utiliza equipamento e onde é preciso que orador e intérprete se revezem em turnos consecutivos, o que em geral leva a um acréscimo no tempo do evento.

Não é difícil compreender porque uma associação de âmbito internacional e que esteve à frente do estabelecimento de normas fundamentais de condições e qualidade de trabalho ainda se apresente colocando ênfase na tão questionada neutralidade, deixando implícita a crença na sua possibilidade teórica. Assim como o sigilo, outro princípio básico da AIIC, a neutralidade está diretamente ligada à confiabilidade dos profissionais a ela afiliados, e a confiança só se constrói quando sentimos que aquele ou aquela que media nossas palavras não procura imprimir suas próprias ideias em nosso discurso, não interfere de maneira consciente no que o discurso original traz em si, a não ser para realizar as necessárias adequações linguísticas.

Muitas vezes, associa-se à tradução/interpretação a ideia de traição, em decorrência ou da crença na impossibilidade de realizar satisfatoriamente estas atividades – o famoso adágio “*traduttore, traditore*” é repetido até hoje – ou da desconfiança de que o tradutor/intérprete pode não ser suficientemente “fiel” ao texto de origem, seja por incompetência, seja por uma postura deliberada de não neutralidade.

No entanto, se adotarmos a concepção de tradução de autores como Venuti (1995), para quem traduzir é, necessariamente, transformar, entenderemos que determinadas alterações são inevitáveis, até mesmo uma condição própria da tradução, pois um discurso ou texto original traduzido não poderá ser o mesmo, uma vez que já será reproduzido em outro idioma. Diz ele:

Uma tradução sempre comunica uma interpretação, um texto estrangeiro que é parcial e alterado, suplementado com características peculiares à língua de chegada, não mais inescrutavelmente estrangeiro, mas tornado compreensível num estilo claramente doméstico. (VENUTI, 2002, p. 17)

As alterações às quais se refere Venuti são, portanto, naturais à passagem de um idioma a outro, não implicando uma “traição” ao original no sentido estrito do termo ou uma postura tendenciosa. No entanto, o discurso de valorização da neutralidade, como postura ética do profissional tradutor ou intérprete que não interfere no sentido do texto ou discurso de origem, está inscrito profundamente em nossa mentalidade, mesmo quando se questiona a existência da neutralidade epistemológica nas relações interpessoais e profissionais.

Em entrevista publicada no periódico *Cultus* em 2008, Mona Baker e Andrew Chesterman resumem bem a questão ao mencionar a necessária suspensão da crença na impossibilidade da neutralidade absoluta para que funcione a relação entre tradutores/intérpretes, de um lado, e seus clientes e a sociedade como um todo, de outro. Baker ressalta ainda a discrepância que existe entre as expectativas do público em geral e a prática profissional da tradução, uma expectativa que a própria profissão e a academia ajudam a sustentar:

**Chesterman:** De acordo, tradutores e intérpretes não são, e não podem ser, inteiramente objetivos, passivos. A neutralidade absoluta é normalmente impossível. Mas a confiança que a sociedade e os clientes depositam nos tradutores certamente repousa na necessária suspensão dessa crença de que tal neutralidade é impossível. Confia-se que tradutores e intérpretes são fiéis, que não distorcem as mensagens de maneiras que infrinjam as normas vigentes.

**Baker:** Você está chamando a atenção aqui para a inevitável discrepância entre expectativas leigas e comportamento real. De um lado, você tem expectativas baseadas em ilusões que tanto a academia quanto a profissão contribuem para sustentar, por razões pragmáticas. Aqueles que dependem de tradutores e intérpretes precisam confiar que estão sendo ouvidos ou lidos exatamente como querem ser ouvidos ou lidos, sem essa confiança, por mais implausíveis que sejam suas expectativas na prática, a comunicação não pode continuar de maneira satisfatória. Na verdade, mesmo com essa confiança sendo rotineiramente construída por tradutores e intérpretes, em alguns

contextos podemos ver que os “clientes” ainda desconfiam de seus tradutores e intérpretes, por várias razões. (CHESTERMAN & BAKER, 2008, p. 19)<sup>1</sup>

Evidentemente, como *atitude* durante a interpretação, é possível sim assumir uma postura neutra que, até onde o profissional é capaz de controlar suas escolhas, permite às partes comunicantes dispor de uma tradução *fidel* segundo o senso comum, ou seja, o mais próxima possível do *que* está sendo dito, e de *como* está sendo dito. Interessa-nos aqui perceber até que ponto essa neutralidade é realmente possível.

Foi como intérprete atuando no mercado, e partindo da observação de que o material acadêmico e o discurso profissional não estavam totalmente sintonizados com relação à possibilidade de neutralidade e ao poder inerente ao ofício do intérprete, que considerei interessante retomar a questão da ideologia e do poder e sua verificação no ato da interpretação, uma atividade que existe há milênios, mas que só recentemente passou a ser associada a um meio profissional que demanda qualificação específica (PÖCHHACKER, 2004).

Além disso, motivou-me o fato de que, durante os primeiros anos de existência dos Estudos da Interpretação, inicialmente uma subárea dos Estudos da Tradução, o principal foco de pesquisa dividia-se entre questões cognitivas e qualitativas, especialmente com relação à interpretação simultânea, levando em conta diversos fatores, como transferência verbal, processamento de informação, sentido, etc. As interseções com a psicologia eram frequentes e foi apenas mais tarde, com o interesse por outras modalidades, especialmente a interpretação comunitária, que estudiosos começaram a refletir sobre o contexto interacional no qual ocorre a atividade do intérprete (BAKER & SALDANHA, 2009; PÖCHHACKER, 2004; PÖCHHACKER & SCHLESINGER, 2002).

Esse interesse crescente pela interpretação comunitária engendrou uma ênfase cada vez maior no “intérprete como agente ativo de comunicação em uma variedade de contextos” (DIRIKER, 2009, p. 56). Diversos autores passaram a observar a atuação do intérprete de conferências como algo que ocorre em contextos passíveis de uma análise sociológica, considerando a interpretação como um sistema de comunicação influenciado por fatores linguísticos e extralinguísticos e chamando a atenção para a maneira como o meio molda as elocuições (DIRIKER, 2009).

---

<sup>1</sup> Esta e todas as demais traduções de obras em língua estrangeira são do autor deste trabalho.

Mais recentemente, e sintonizado com o movimento já observado nos Estudos da Tradução, Michael Cronin (2002) lançou um apelo por uma “virada cultural” também nos Estudos da Interpretação, sublinhando a relação íntima entre esta atividade e o poder:

[...] o poder está em toda parte, na definição, contexto e prática da interpretação, contudo, tem havido com frequência uma relutância em refletir sobre as consequências do poder para o conhecimento nos Estudos da Interpretação. (CRONIN, 2002, p. 387)

O autor salienta como o papel dos intérpretes foi, ao longo da história, fundamentalmente determinado por sua posição numa hierarquia de poder e afirma que o “problema central da tradução em geral e da interpretação em particular é o problema do controle” (CRONIN, 2002, p. 392). Citando R. Bruce W. Anderson e seu artigo “Perspectives on the Role of the Interpreter”, de 1976, Cronin (2002) associa a posição intermediária do intérprete à sua capacidade de controlar recursos escassos, que seriam, no caso da interpretação, ligados ao domínio dos idiomas em questão.

A título de ilustração, Cronin (2002) menciona a já conhecida história de Doña Marina, a intérprete de Cortés conhecedora dos idiomas maia, asteca e espanhol, considerada por alguns comentadores mexicanos do período pós-independência como figura monstruosa, “mãe de uma raça de mestiços e traidores” (p. 392), e por outros, um exemplo de flexibilidade e recursos, um “arauto das sociedades culturalmente híbridas do futuro” (p. 392).

Franz Pöchhacker também considera o intérprete como elemento de “mediação em situações concretas de discurso interativo e de comunicação intercultural” e afirma que “o fato de os intérpretes idealmente representarem dois sistemas culturais pode ser usado para vê-los como pontos de interface cultural” (PÖCHHACKER, 2004, p. 59).

Afinado com a proposta de Cronin, Pöchhacker (2004) descreve os intérpretes como “intermediários que não somente permitem, mas também corporificam o encontro, a coexistência e a aproximação mútua de culturas”, salientando que a posição conferida a esses “agentes intermediários de cultura” poderia ser vista como o reflexo da postura que determinada cultura mantém em relação ao “Outro cultural e ao intercâmbio cultural” (p. 60).

No ato da comunicação mediada, o que se negocia é o discurso, ou discursos, das diferentes partes. Para Pierre Bourdieu (2003), relações de comunicação são sempre relações de poder e, sendo o discurso, como afirma Foucault, não “simplesmente aquilo

que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apropriar” (FOUCAULT, 2011, p. 10), configura-se uma situação na qual o intermediário, intérprete/tradutor, se vê na posição de um dos agentes capazes de exercer o poder do discurso.

E como pode o intérprete exercer, ou experimentar o poder do qual é investido quando da interpretação? De que maneiras ele se manifesta? Lenita Esteves (2009) ilustra esse tipo de situação, ao investigar a tradução/interpretação como amortecimento:

Em situações muito tensas e conflituosas, tradutores, intérpretes e mediadores em geral são algumas vezes levados a suavizar os termos, ou o tom, ou qualquer outro aspecto de uma mensagem, por vários motivos. (ESTEVES, 2009, p. 1)

Num caso recente de interpretação para a vice-presidência do Brasil, o intérprete verteu, logo na primeira frase, “reunião de emergência” por “very important meeting”, sendo imediatamente corrigido por um ministro que conhecia exatamente a importância e o peso de cada palavra previamente escolhida para um discurso diante de chefes de Estado de diferentes países. O ministro procurava evitar que os chefes de Estado estrangeiros se sentissem preteridos pela presidente brasileira, que precisou comparecer a uma reunião urgente e não pôde estar no almoço, sendo seu discurso passado para as mãos do vice-presidente. Já o intérprete deste, que não estava imbuído do sentido de urgência e do peso da situação, pois fora surpreendido por uma interpretação que não estava prevista, precisou ser lembrado da importância de se ater estritamente ao peso de cada palavra, como costuma ser o caso em contextos políticos e jurídicos. Talvez não tenha sido um amortecimento na acepção de Lenita Esteves, que ilustra seu artigo com casos intencionais, mas certamente uma situação que revela como as escolhas lexicais têm repercussão e precisam ser feitas com um mínimo de conhecimento de causa e contextualização e como podem também ser utilizadas, com maior ou menor sutileza, para veicular opiniões e posicionamentos ideológicos. Veremos, em outro momento deste trabalho, outros casos nos quais a atuação do intérprete será colocada em questão.

Poder e ideologia se veem diretamente associados à fidelidade, não necessariamente à fidelidade ao texto, mas a uma ou mais das partes que se utilizam dos serviços do intérprete. David Bellos (2011a) lembra como, no antigo Império Otomano, as embaixadas ocidentais recusavam-se a contratar os serviços dos intérpretes oficiais da corte, fiéis às autoridades otomanas. Em lugar deles, empregavam indivíduos menos

eminentes, em geral não muçulmanos, que viviam em Istambul, justamente para tentar contornar a questão ideológica, a possível manipulação do discurso a favor do outro.

Citando Renato Janine Ribeiro, Maria Clara C. de Oliveira (2008) explora a ideia de como a ação política pode se dar “fora da esfera usual da política”, podendo fazer parte da vida pessoal do indivíduo, lembrando-nos de como uma “ética da responsabilidade” pode levar o profissional a agir politicamente e, portanto, interferir deliberadamente no conteúdo ou na forma daquilo que é traduzido, como mostraremos mais adiante.

Para a área dos Estudos da Tradução, “o interesse pela ideologia está ligado ao conceito de linguagem e relações de poder e à distorção, manipulação ou reescrita do texto e da cultura de saída no processo de tradução” (FAWCETT & MUNDAY, 2009, p. 138). Já na interpretação, o questionamento ligado à ideologia e ao poder tem se concentrado principalmente em torno da análise do papel do intérprete em contextos específicos e sua capacidade de ser um agente atuante no processo de mediação. Ele seria visto como um intermediário, um elo de comunicação entre interlocutores de culturas diferentes, com pesos distintos, ele próprio trazendo consigo seu universo ideológico e pessoal. Timoczko e Gentzler (2002) consideram o poder como tema chave do impulso que leva os Estudos da Tradução a trilhar novos rumos, salientando o número crescente de discussões em torno da questão de agentividade que traduzem a centralidade do poder no movimento da virada cultural:

... uma vez que já somos sempre formados pelos discursos da época na qual vivemos, como pode alguém realizar mudança cultural? Como podemos preencher lacunas culturais para experimentar qualquer coisa nova ou diferente? Como podemos penetrar visões de mundo reificadas, especialmente no ocidente, para permitir a entrada de diferença cultural verdadeira?

Que tipo de impacto tem a tradução na mudança cultural? Em que circunstâncias as traduções têm o maior impacto? Que formas de tradução são mais bem sucedidas? E como tudo isso se relaciona com dominância cultural, afirmação cultural e resistência cultural – em suma, com *poder*? De certo modo, **perguntas como essas significam que a “virada cultural” nos estudos da tradução tornou-se a “virada do poder”, com questões de poder assumindo destaque em discussões sobre história da tradução e sobre estratégias de tradução.** (TIMOCZKO, M. & GENTZLER E., 2002, p.4. Grifo nosso)

Da mesma forma, María Calzada-Pérez (2003), numa obra dedicada ao estudo da ideologia na tradução, nos lembra como a história sempre esteve permeada por encontros interculturais e pressões ideológicas. Assim, as tensões interculturais que

marcaram a virada do milênio e ainda estão presentes num mundo cada vez mais globalizado não são totalmente novas. Contudo, como diz a autora,

a preocupação com essas tensões ideológicas globalizadas tem atraído um crescente interesse por parte de uma variedade de disciplinas que abarcam desde a ciência política à antropologia, passando pela sociologia e estudos culturais até a linguística.

(CALZADA-PÉREZ, 2003, p. 1)

Mais focado na atividade de interpretação e seu caráter de oralidade, Cronin (2002) finaliza seu artigo “The empire talks back: orality, heteronomy and the cultural turn in interpreting studies” enfatizando a necessidade de uma nova abordagem nos Estudos da Interpretação que inclua as questões de controle e poder.

Em ressonância com o apelo de Cronin, o objetivo deste estudo é verificar de que maneiras a atuação do intérprete, em seu papel de mediação, permite o exercício do poder e em que medida este se contrapõe à exigência de neutralidade. Como se pode falar de neutralidade no contexto da interpretação? Que tipo de poder se observa no trabalho do intérprete? Quais as discussões possíveis ao redor desse tema?

Para desenvolver a argumentação, farei inicialmente um breve histórico da interpretação (capítulo 1), com foco na aquisição do status de profissão e no desenvolvimento de estudos acadêmicos ao seu redor. Também será comentado o movimento mais recente, conhecido como “virada cultural”, no qual estão inseridos os estudos interessados em questões de poder e ideologia.

Em seguida, no capítulo 2, serão apresentadas as concepções de poder e de ideologia segundo áreas diferentes: a Filosofia, a Antropologia, a Linguística, os Estudos da Tradução e os Estudos da Interpretação. Essa exposição tem por objetivo situar a presente proposta de pesquisa e embasar possíveis discussões mais adiante. Também permitirá verificar até que ponto os Estudos da Interpretação, a mais jovem das áreas abordadas, se apropriaram dos conceitos aqui discutidos.

O terceiro capítulo contempla uma apresentação de casos coletados seja na literatura acadêmica, seja na mídia impressa ou eletrônica, que ajuda a perceber como o tema é tratado e também permite discutir alguns casos tornados públicos que explicitam o peso que a atividade do intérprete pode ter em diferentes situações de interação e com diferentes considerações de poder. No último capítulo, buscamos relacionar as informações apresentadas e as discussões suscitadas, de maneira a explicitar suas implicações e possíveis desdobramentos.



# 1. Breve contextualização da interpretação e seus estudos

## 1.1. A interpretação como atividade

A atividade de interpretação, ou tradução oral, existe há milênios, e registros de sua prática foram encontrados em remanescentes de culturas como a da antiga Assíria e Babilônia, cerca de 1900 a.C. (PÖCHHACKER, 2004, p. 9), a Grécia antiga, o Império Romano, o Antigo Egito, etc. (TAYLOR-BOULADON, 2000, p. 7-9). Contudo, foi apenas muito recentemente que a atividade recebeu status de profissão e passou a ser associada a pessoas com treinamento e qualificação específicos como hoje entendemos.

A Conferência de Paz de Paris, em 1919, que decidiu os termos de paz entre as nações após a Primeira Grande Guerra, com a assinatura do Tratado de Versalhes, representa um ponto de inflexão, com o trabalho dos primeiros intérpretes de conferência profissionais. Porém, foi somente após os Julgamentos de Nuremberg, em 1945-6, que a interpretação se consolidou como atividade profissional sendo, em seguida, adotada pelas Nações Unidas (PÖCHHACKER, 2004, p. 28).

Esclarecemos aqui que a interpretação no modo consecutivo já era bem difundida entre organizações internacionais e, sem medo de exagerar, desde a antiguidade, por ser exatamente a interpretação que não faz uso de equipamento algum. É o modo simultâneo, na verdade, que passa a receber cada vez mais atenção da mídia e das instituições por proporcionar a tradução para diversos idiomas ao mesmo tempo sem acréscimo na duração total da conferência. Mesmo antes dos julgamentos de Nuremberg, há relatos da utilização de interpretação simultânea, especialmente pela Organização Internacional do Trabalho, a OIT. No entanto, foi por meio dos julgamentos dos criminosos de guerra nazistas que a modalidade recebeu a visibilidade que mais tarde a levaria a ser adotada pela ONU, como única possibilidade de condução dos trabalhos em seis idiomas (PAGURA, 2010, p.45). Nas palavras de Danica Seleskovitch e Marianne Lederer (2001):

A tradução simultânea tem seu início histórico no processo de Nuremberg, em 1945, onde acusados e acusadores falavam quatro línguas diferentes. Antes mesmo da II Guerra Mundial, a empresa IBM havia, ao que parece, registrado uma patente para a instalação telefônica que implica o processo, mas este só se desenvolveu realmente quando foi adotado pelas Nações Unidas no fim dos anos 40. Desde então, estabeleceu-se e é, hoje em dia, comumente utilizado em todas as reuniões internacionais. A Comunidade Europeia, por exemplo, possui sete idiomas oficiais de trabalho e emprega

cada dia cerca de duzentos intérpretes simultâneos. (SELESKOVITCH & LEDERER, 2001, p. 136)

Reynaldo Pagura (2010), usando uma classificação de Jesús J. Baigorri (2000)<sup>2</sup>, destaca como a evolução dos profissionais da área de interpretação se fez ao longo dos anos com base nas atividades da ONU. Nos primórdios da organização, nenhum intérprete possuía formação acadêmica ou profissional na área; ou eles eram oriundos de experiências prévias nos julgamentos de Nuremberg ou na OIT, ou iniciavam-se de fato na própria ONU. A segunda geração de intérpretes, nos anos 1960 e 1970, “é o grupo que começa a ser visto como formado por profissionais e não por prodígios”, enquanto “a terceira geração apontada por Baigorri chega à ONU a partir da década de 80 e é constituída, fundamentalmente, de intérpretes com formação específica em escolas de interpretação” (PAGURA, 2010, p. 59-60).

O modo simultâneo de interpretação, praticado na ONU, acabou se tornando o mais reconhecido e disseminado em instituições multilaterais e no mercado privado. Trata-se da interpretação que utiliza equipamento de transmissão de áudio, na qual, em geral, o intérprete trabalha dentro de uma cabine e transmite, o mais simultaneamente possível, aquilo que está sendo dito para seus ouvintes. Dessa maneira, não há necessidade de turnos entre orador e intérprete, e pode-se interpretar para diferentes idiomas ao mesmo tempo, sem acrescentar nada à duração do evento. Em simultânea, a habilidade do intérprete consiste em receber, processar e emitir a informação muito rapidamente, todas as operações sendo realizadas em paralelo. Contudo, igualmente importantes são modalidades como a consecutiva, que não faz uso de equipamento e exige que orador e intérprete definam um ritmo para a troca de turnos. Os trechos interpretados podem ser mais curtos, ou longos o suficiente para que o intérprete sinta necessidade de tomar notas, que o auxiliarão a recuperar a informação quando chegar a sua vez de falar. Na consecutiva, o uso da memória é muito maior, pois às vezes é preciso lembrar trechos de elocução com duração de vários minutos. Técnicas de anotação foram elaboradas e são ensinadas para que o intérprete desenvolva uma maneira rápida e eficiente de registro e recuperação do conteúdo. Como não há simultaneidade nesse caso, a duração do evento é praticamente o dobro, em comparação com a modalidade simultânea. A consecutiva é o modo utilizado em situações de

---

<sup>2</sup> BAIGORRI JALÓN, Jesús. *La interpretación de conferencias: el nacimiento de una profesión. De Paris a Nuremberg*. Granada, Espanha: Comares, 2000.

interpretação consideradas específicas, distintas com relação ao contexto de atuação e não necessariamente à técnica empregada. Entre elas encontramos a interpretação comunitária, utilizada em contextos variados e apresentando características muito diferentes das observadas na interpretação de conferências simultânea, que normalmente ocorre em conferências e congressos e com o uso de equipamento para interpretação em mais de um idioma ao mesmo tempo. Em sua maioria, intérpretes que trabalham em meio comunitário não possuem formação profissional para tal e, muitas vezes, não se identificam como intérpretes. Contudo, hoje já existem associações, cursos e agências especializadas nesse tipo de atividade. É a interpretação utilizada na comunicação com imigrantes, refugiados e exilados, quando estes precisam, por exemplo, de algum serviço público, ou quando são chamados pelas autoridades para alguma entrevista. A modalidade inclui ainda a interpretação médica, realizada em hospitais e consultórios. Devido ao contexto no qual se aplica, com frequência observa-se uma assimetria visível entre as partes, com um dos lados em situação desfavorável, comunicando-se com autoridades constituídas. Muitas vezes, a interpretação comunitária é realizada por indivíduos do próprio grupo identitário que possuem a necessária capacidade linguística e/ou suficiente conhecimento sociocultural do contexto. A modalidade consecutiva é também usada em tribunais; conhecida como interpretação jurídica, é considerada uma categoria à parte devido ao ambiente, regras e linguagem específicos.

Recentemente, a AIIC, Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, passou a aceitar como membros intérpretes de língua de sinais, que têm se beneficiado de leis nacionais ou locais de promoção da acessibilidade, obrigando órgãos públicos e instituições multilaterais a oferecer essa modalidade de interpretação para portadores de deficiência auditiva. A própria AIIC foi fundada somente em 1953, impulsionada por um mercado profissional crescente e um aumento no número de formandos na área (PÖCHHACKER, 2004, p. 28).

O advento da União Europeia também contribuiu para o aumento na demanda de profissionais tanto de interpretação quanto de tradução, sendo o Parlamento Europeu uma das instituições que mais utiliza esse tipo de serviço, o maior empregador direto de tradutores e intérpretes. O mesmo se observa no sistema das Nações Unidas, com seis idiomas oficiais, assim como em alguns países nos quais existe mais de uma língua oficial, como o Canadá, com inglês e francês no âmbito nacional e o idioma inuktitut na esfera regional (na província de Nunavut e nos Territórios do Noroeste).

No Brasil, a interpretação de conferências tornou-se mais presente a partir dos anos 1940. Mais precisamente, segundo Pagura (2010), “o registro mais antigo encontrado a respeito de um grande evento internacional no Brasil é o da Conferência Pan-Americana, da OEA, em agosto e setembro de 1947, onde foi assinado o chamado Tratado do Rio” (p. 70).

Dada a ausência de grandes organizações internacionais com sede no país, o mercado que mais se desenvolveu em terras brasileiras foi o de intérpretes autônomos, inicialmente concentrados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e até hoje encontrando sua maior fonte de rendimentos no setor privado.

Com a facilidade das viagens aéreas internacionais e o aumento de eventos no país, o mercado de interpretação cresceu naturalmente e teve sua consolidação marcada pela fundação da APIC, Associação Paulista de Intérpretes de Conferência, e pela criação do primeiro curso brasileiro de formação de intérpretes, na forma de uma habilitação dentro do curso de Letras da PUC-Rio, em 1968. Cabe ressaltar que a formação oferecida pela PUC-Rio, acompanhando a evolução do mercado, passou por diferentes adaptações, sendo inicialmente oferecida como especialização em *revisor-tradutor-intérprete*, depois como especialização em *tradutor-intérprete*, desmembrando-se, em seguida, em *tradutor-intérprete* e *tradutor*, para finalmente desvincular a formação desses profissionais (MARTINS, 2007).

Recentemente, devido à projeção do Brasil nas esferas internacionais e sua escolha para sediar eventos de grande envergadura, como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio + 20, em 2012, a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, a profissão de intérprete tem recebido maior atenção da mídia em geral, e multiplicaram-se tanto as oportunidades de trabalho, quanto o número de empresas provedoras de serviços de tradução e interpretação. O cenário econômico mundial, que no momento parece favorecer o mercado local — ao mesmo tempo em que a Europa passa por forte recessão — fez com que empresas de diversos ramos procurassem se instalar no país ou reforçar suas atividades locais, o que também propiciou um interesse maior, mesmo que temporário, pelos serviços de interpretação. A situação atual do mercado não é a regra, ou pelo menos não o foi até então, mas tem impacto tanto para aqueles que já possuem experiência, quanto para os recém-formados que encontram com maior facilidade oportunidades para sua primeira atuação profissional.

## 1.2. A interpretação como campo de estudo

Apesar desse cenário tão variado, o estudo acadêmico da interpretação é historicamente recente. De início, está vinculado aos Estudos da Tradução, como uma subárea destes, sendo o termo “Estudos da Interpretação” usado pela primeira vez em 1993, numa publicação da professora de Estudos da Tradução e Linguística Aplicada, Heidemarie Salevsky, que se seguiu à Oitava Conferência sobre Tradução e Interpretação ocorrida na cidade de Praga, em outubro de 1992 (PÖCHHACKER & SHLESINGER, 2002, p. 3).

Para Franz Pöchhacker (2003), “a posição dos Estudos da Interpretação dentro do campo mais amplo de Estudos da Tradução é curiosamente ambígua” (p. 128), na medida em que se pode pensar a Interpretação tanto como uma forma especializada de tradução - assim como a tradução audiovisual -, como também uma prática que dá origem a um campo tão variado e fértil de possibilidades de pesquisa que chega a rivalizar em complexidade com a área de Estudos da Tradução (p. 128). Apesar dos princípios teóricos compartilhados por ambas as áreas, os Estudos da Interpretação têm um objeto de estudo único, “tradução humana em tempo real num contexto comunicativo essencialmente compartilhado” (p. 128). Para Pöchhacker (2003), a diversificação crescente de abordagens com relação à interpretação faz com que seja cada vez mais difícil acomodá-la nos limites dos estudos da tradução, por mais que tais limites sejam por vezes nebulosos.

De fato, ao considerarmos as diferentes situações de atuação da tradução e da interpretação, o caráter escrito da primeira (agora ampliado, diante das diferentes modalidades de tradução audiovisual, entre outras), e o caráter oral da segunda, cada uma com ferramentas e limitações que lhes são próprias, não é difícil entender o desenvolvimento de áreas de estudo distintas, ainda que herdeiras de um mesmo movimento acadêmico. A diversidade cada vez maior de pesquisas interdisciplinares permite geração suficiente de material para justificar esse movimento de independência da interpretação com relação à tradução. Os estudos de caráter cultural reforçam ainda mais essa tendência ao possibilitar observar a interpretação dentro do contexto social no qual se produz e do qual depende, especialmente devido à proximidade física entre os intérpretes e seus interlocutores e a necessária tomada de posição dos intérpretes no contexto de sua atuação, com todas as consequências que isso gera no resultado de seu trabalho, o que contrasta fortemente com a situação mais frequente de atuação do

tradutor, que não necessariamente está próximo ao autor do texto sobre o qual trabalha. Além disso, mesmo quando o intérprete se encontra em situações nas quais um texto é disponibilizado, configurando o que se conhece por “*sight translation*”, ou tradução oral de um texto escrito, sua postura diante do texto difere grandemente da postura que teria o tradutor diante do mesmo material. Devido a limitações de tempo para a elocução e ao fato de o intérprete precisar acompanhar o orador em suas digressões e possíveis alterações com relação à leitura do texto apresentado, não podemos ignorar as diferenças entre os contextos de atuação profissional. O referencial do intérprete será sempre o orador ou palestrante. Caso este leia um texto que tenha sido fornecido ao intérprete, ainda assim será preciso estar atento ao orador, ao mesmo tempo em que se utiliza o texto como base para uma tradução oral. Com frequência oradores eliminam parágrafos inteiros e até páginas do texto original no momento de sua apresentação oral, devido a ajustes de tempo ou considerações de prioridade atribuída a determinadas partes do material. Outras vezes, o palestrante acrescenta exemplos espontâneos, casos ou comentários que não se encontram por escrito. Portanto, se o intérprete se comportar como um tradutor e continuar a se servir do texto como principal referência, certamente deixará de acompanhar o orador, e o resultado de seu trabalho será bastante diferente daquilo que foi dito pelo palestrante. E mesmo que o orador se atenha ao texto escrito, será preciso, ainda assim, acompanhar o ritmo de sua leitura no momento da interpretação, o que por si só já seria uma característica não encontrada normalmente na tradução escrita, representando um esforço característico da interpretação.

Segundo Daniel Gile (2009), a história da pesquisa em interpretação de conferências poderia ser dividida em quatro fases: 1) primeiras reflexões; 2) experimentos científicos; 3) pesquisa por parte de profissionais de interpretação; 4) e um período de renovação, com estudos mais científicos e interdisciplinares.

Os textos iniciais preocupavam-se com o aspecto didático e profissional, sem assumir um caráter acadêmico em si, cobrindo os anos 1950, até início dos anos 1960. Na fase experimental, psicólogos e psicolinguistas interessaram-se pela profissão, especialmente pela modalidade simultânea de interpretação, e “examinaram o efeito de variáveis tais como língua de partida, velocidade de elocução, intervalo entre audição e elocução, ruídos, pausas na elocução, etc., no desempenho” (GILE, 2009, p. 53). Contudo, esses experimentos foram rejeitados por grande parte dos profissionais da área de interpretação por não refletirem as condições reais de atuação profissional. Seguiu-se então o período no qual intérpretes profissionais se interessaram pela produção

acadêmica, com a primeira tese de doutorado sobre o tema sendo defendida na Universidade de Viena, por Ingrid Pinter, em 1969, uma tendência que continuou pelos anos 1970, até o início dos anos 1980. Essa fase contou especialmente com a contribuição da ESIT, École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs, de Paris, então sob a batuta de Danica Seleskovitch. Fora da França, as pesquisas também afloraram em países como as Alemanhas Oriental e Ocidental, a antiga Tchecoslováquia, a Suíça, os Estados Unidos e o Japão (GILE, 2009). Em meados dos anos 1980, uma nova geração de profissionais começou a questionar a abordagem teórica defendida pela ESIT, denominada “*théorie du sens*”, e a idealização excessiva da atividade do intérprete. Nasce daí um movimento que busca desenvolver estudos mais científicos, conduzidos em grande parte por instrutores da área e apropriando-se de ideias oriundas de diferentes disciplinas, especialmente a psicologia cognitiva e a linguística (GILE, 2009).

Ao final do século XX, os Estudos da Interpretação começavam a assumir um caráter independente, mesmo que ainda baseados em inúmeros paradigmas diferentes, com sua maioria sendo marcada pela publicação dos anais da Forlì Conference on Interpreting Studies, de 2000 (PÖCHHACKER, 2003, p. 131).

Como já foi dito anteriormente, as primeiras reflexões acerca da interpretação eram informadas por uma preocupação didática, ligada tanto ao ensino quanto à prática profissional. Muitos dos artigos produzidos nesse contexto eram de caráter prescritivo e procuravam guiar o aspirante a intérprete em seus primeiros passos.

As fases iniciais da pesquisa acadêmica nos Estudos da Interpretação foram dominadas por pesquisas cognitivas e qualitativas, especialmente no que diz respeito à interpretação simultânea. As interseções com a psicologia eram frequentes e foi apenas mais tarde, com o interesse por outras modalidades, especialmente a interpretação comunitária, que estudiosos começaram a refletir sobre o contexto interacional no qual ocorre a atividade do intérprete (GILE, 2009; PÖCHHACKER, 2004; PÖCHHACKER & SCHLESINGER, 2002).

Mesmo com a predominância de pesquisas cognitivas e metodologias psicolinguísticas no estudo da modalidade simultânea, o crescente interesse pela interpretação comunitária engendrou uma ênfase cada vez maior no “intérprete como agente ativo de comunicação em uma variedade de contextos” (DIRIKER, 2009, p. 56). Pouca atenção era dada ao intérprete de conferências como um profissional que vive em contextos socioculturais e à interdependência entre presença e desempenho dos intérpretes de conferências e os meios sociais nos quais operam (DIRIKER, 2009).

Como já mencionado no capítulo anterior, diversos autores passaram a observar a atuação do intérprete de conferências como algo que ocorre em contextos passíveis de uma análise sociológica, considerando a interpretação como um sistema de comunicação influenciado por uma série de fatores linguísticos e extralinguísticos e chamando a atenção para a maneira como o contexto molda as elocuições (DIRIKER, 2009).

Mais recentemente, Michael Cronin (2002) e Franz Pöchhacker (2004) enfatizaram a importância da interpretação e de seu estudo, salientando como o intérprete ocupa um espaço entre culturas diferentes e sempre permeado por relações assimétricas de poder cuja análise muito contribui para compreender a interação entre sistemas culturais diversos.

Para organizar a variedade de abordagens nos Estudos da Interpretação, Pöchhacker propõe o uso da noção de memes, de maneira análoga aos “memes da tradução” de Andrew Chesterman (1997). O conceito sociobiológico de meme foi apresentado em meados dos anos 1970 pelo cientista evolucionista Richard Dawkins e refere-se a “ideias, práticas, criações e invenções que se espalharam e replicaram, como genes, na evolução cultural da humanidade” (PÖCHHACKER, 2004, p. 51). Os memes funcionariam no campo cultural e das ideias como os genes o fazem na biologia, mas, ao contrário dos genes, memes podem se replicar, ou difundir, por meios variados, como o cérebro humano que transmite uma ideia ao computador, que por sua vez a difunde a outros computadores ou de volta ao cérebro humano, perpetuando assim um determinado conceito, valor ou outra informação passível de ser transmitida (HULL & WILKINS, 2008). O conceito de memes foi aplicado por Chesterman especificamente com relação à tradução na qualidade de “metáforas que elucidam o conceito de tradução, como maneiras específicas de observar e teorizar sobre o fenômeno [da tradução]” (p. 51).

Assim Pöchhacker destaca cinco super-memes utilizados por Chesterman para observar a tradução, mas que até certo ponto podem também ser aplicados aos Estudos da Interpretação: “a metáfora *fonte-meta*, a ideia de *equivalência*, o mito da *intraduzibilidade*, a dicotomia *livre-vs-literal* e a ideia de que *toda escrita é um tipo de tradução*” (PÖCHHACKER, 2004, p. 51-52). Com exceção do quinto, que está claramente associado à tradução escrita, os outros podem, de uma maneira ou outra, servir como abordagens para se estudar a atividade do intérprete.



Mais especificamente com relação à interpretação, encontramos o super-meme de *processo/processamento*, relacionado ao tão explorado tema da “capacidade de processamento de informação cognitiva” (PÖCHHACKER, 2004, p. 53), muito presente no âmbito da interpretação, assim como outro, complementar, “a ideia de interpretação como uma *atividade comunicativa* realizada por um ser humano numa situação específica de interação” (p. 53).

Essa visão da atuação do intérprete como atividade comunicativa deu origem a dois sub-memes relacionados entre si: o de *produção de texto/discurso* e o de *mediação*. Este último interessa ao objetivo deste trabalho.

Segundo Pöchhacker, a ideia de mediação é uma das mais básicas associadas à interpretação e pode até mesmo ser encontrada nas raízes etimológicas do termo, sendo o intérprete, profissional ou não, aquele que está no meio, “um intermediário, não tanto entre os idiomas envolvidos, mas entre os indivíduos que se comunicam e as posições institucionais e socioculturais que representam” (PÖCHHACKER, 2004, p. 59).

De acordo com o autor, os clientes do intérprete desempenham papéis particulares e possuem suas próprias intenções e expectativas com relação à interação comunicativa. Com frequência, essas expectativas “entrarão em conflito e forçarão o intérprete a tomar uma atitude como ‘mediador’ – não como intermediário ou conciliador numa negociação, mas como um agente que regula o desenrolar da compreensão” (PÖCHHACKER, 2004, p. 59). Essa mediação passa pela administração das prioridades dadas à fala dos participantes, que muitas vezes se sobrepõe numa disputa de turnos, além de estruturar o fluxo do discurso, sem mencionar os momentos onde uma das partes expressa falta de entendimento e obriga o intérprete a intervir de maneira a explicitar a mensagem. Observações de alguns estudiosos (Knapp-Potthoff & Knapp, 1996) salientaram como um intérprete não profissional muitas vezes age como mediador ativo, ao invés de limitar-se a traduzir o mais literalmente possível, o que chamou a atenção para a complexidade do papel do intérprete, “ou seja, o que mais, além de transmitir mensagens, espera-se e permite-se que o intérprete faça de modo a facilitar a compreensão num evento comunicativo” (PÖCHHACKER, 2004, p. 59).

Mesmo que a discussão teórica em torno do papel de mediador desempenhado pelo intérprete tenha sido conduzida mais com relação à interpretação comunitária, tipicamente caracterizada por desequilíbrios de força, ela não é menos relevante para o contexto de conferências internacionais, nas quais por vezes o intérprete se vê forçado a alterar as referências usadas pelo palestrante de maneira a superar barreiras culturais, ou

mesmo apresentar breves explicações para elucidar algum ponto que, pelo mesmo motivo, não encontraria correspondência na língua meta. O esforço para superar tais dificuldades culturais nos leva a pensar na atividade do intérprete como “uma produção adaptada às necessidades comunicativas de um público alvo culturalmente específico, fazendo com que o intérprete seja, por definição e necessidade, um mediador cultural” (PÖCHHACKER, 2004, p. 59).

Além das questões ligadas à produção de discurso e à superação das diferenças culturais presentes na fala, para Cronin (2002) os intérpretes são “aqueles que cruzam fronteiras linguísticas e culturais” (p. 391) e, dependendo do contexto, “cruzam fronteiras de gênero, classe, nacionalidade, ou etnicidade” (p. 391), configurando o que ele chama de uma “situação de diálogo” (p. 391).

Voltamos a encontrar aqui a descrição dos intérpretes oferecida por Pöchhacker (2004) e já apresentada na introdução deste trabalho: “intermediários que não somente permitem, mas também corporificam o encontro, a coexistência e a aproximação mútua de culturas” (p. 60).

## 2. Discussão conceitual

Após examinarmos brevemente o desenvolvimento dos Estudos da Interpretação e a pertinência de se aprofundar o exame da questão da ideologia e do poder nesse campo, faremos uma incursão pelas definições dos termos *poder* e *ideologia*, de maneira a melhor compreender sua amplitude e seu interesse para este trabalho.

Começaremos por uma definição de cunho mais geral, a que se encontra nos dicionários comuns, para examinarmos em seguida os mesmos conceitos em contextos teóricos diferentes: o filosófico, que nos ajuda a aprofundar nosso conhecimento sobre o conceito de poder; o antropológico, que explora a noção de ideologia linguística; o dos Estudos da Tradução, que não pode ser ignorado, dada sua influência nos Estudos da Interpretação e seu papel de viveiro para muitas das abordagens das quais hoje querem apropriar-se os últimos; e o dos Estudos da Interpretação em si. Em seguida, uma seção curta será dedicada a abordagens que questionam o conceito de mediador e suas consequências nos estudos da tradução e da interpretação, enquanto outra trata de observar como os códigos de ética de associações de intérpretes lidam com a ideia de neutralidade.

### 2.1. O que dizem os dicionários

A definição do termo *ideologia*, surgido com Destutt de Tracy em 1796 num âmbito filosófico que vinculava “a origem das ideias humanas às percepções sensoriais do mundo externo” (HOUAISS, 2009) foi, ao longo da história, relacionada a movimentos como o marxismo, preocupado com a consciência social e os sistemas de ideias que ora legitimam o poder econômico, ora os interesses revolucionários das classes operárias (HOUAISS, 2009). Nesse movimento, o termo ficou tingido de conotações nem sempre positivas, afetando, em cada época e de maneiras diferentes, os estudos que se valiam do conceito de ideologia (FAWCETT & MUNDAY, 2009, p. 137).

Mais recentemente, *ideologia* passou a ser visto como um conceito mais neutro, equivalente a uma visão de mundo, a um posicionamento sociocultural, crenças individuais ou coletivas, enfim, uma identidade sociopolítico-cultural (HOUAISS, 2009).

## Ideologia

### 1 Rubrica: filosofia.

ciência proposta pelo filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836), que atribui a origem das ideias humanas às percepções sensoriais do mundo externo

### 2 Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: filosofia.

no *marxismo*, totalidade das formas de consciência social, o que abrange o sistema de ideias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) e o que expressa os interesses revolucionários da classe dominada (ideologia proletária ou socialista)

### 3 Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: sociologia.

sistema de ideias sustentadas por um grupo social, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos

Ex.: *i. conservadora, cristã, nacionalista*

### 4 Derivação: por extensão de sentido.

conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas, etc., de um indivíduo ou grupo de indivíduos

(HOUAISS – versão eletrônica, 2009)

Nas definições de ideologia encontradas nos dicionários de francês, Le Petit Robert (2011), e de inglês, Merriam-Webster (2003), além das acepções verificadas acima, encontramos ainda um sentido pejorativo no qual uma ideologia é tida como ideias sem fundamento, “filosofia vaga, nebulosa”, ou ainda, “uma teoria, ou sistema de teorias idealistas, impraticáveis”. O valor negativo atribuído ao termo também fica evidente na última acepção do Merriam-Webster (2003) que associa ao termo ideologia a noção de extremismo sociopolítico.

## Idéologie

**1. Hist. philos.** Système philosophique qui, à la fin du XVIII<sup>e</sup> et au début du XIX<sup>e</sup> s., avait pour objet « l'étude des idées, de leurs lois, de leur origine » (Lalande).

**2. Péj.** Analyses, discussions sur des idées creuses; philosophie vague et nébuleuse.

**3.** (fin XIX<sup>e</sup>; vocabulaire marxiste) Ensemble des idées, des croyances et des doctrines propres à une époque, à une société ou à une classe. « *Ces biens bourgeois que sont par exemple, la messe du dimanche, la xénophobie, le bifteck-frites et le comique de cocuage, bref ce qu'on appelle une idéologie* » (Barthes).

♦ Système d'idées, philosophie du monde et de la vie. *L'idéologie d'un parti politique. L'idéologie officielle.* « *La révolution du XX<sup>e</sup> siècle [...] est d'abord une politique et une idéologie* » (Camus).

(LE PETIT ROBERT – versão eletrônica, 2011)

## Ideology

1 **a**: a branch of knowledge concerned with the origin and nature of ideas **b**: a theory in philosophy advocated by Destutt de Tracy (1754-1836): ideas originate from sensation  
2: visionary speculation: idle theorizing; often: an impractical theory or system of theories

3 **a**: a systematic scheme or coordinated body of ideas or concepts especially about human life or culture **b**: a manner or the content of thinking characteristic of an individual, group, or culture **c** (1): the integrated assertions, theories, and aims that constitute a sociopolitical program (2): an extremist sociopolitical program or philosophy constructed wholly or in part on factitious or hypothetical ideational bases

(MERRIAM-WEBSTER – versão eletrônica, 2003)

Independentemente da conotação positiva ou negativa atribuída ao termo ideologia, dicotomia que encontramos também discutida em Calzada Pérez (2003), é importante reter o sentido de conjunto de ideias ou crenças, valores defendidos por determinado grupo social, em suma, valores que moldam o comportamento e as escolhas de cada um.

Já entre as definições de *poder* encontradas no dicionário Houaiss (2009), interessam-nos aqui, principalmente, as de número **13**, **17** e **19**.

## Poder

- 13** direito ou capacidade de decidir, agir e ter voz de mando; autoridade
- 14** governo de um país, de um Estado, etc.  
Ex.: *p. monárquico*
- 14.1** esse poder considerado a partir de suas formas e manifestações  
Ex.: *p. executivo, p. judiciário, p. legislativo*
- 15** possibilidade, natural ou adquirida, de fazer determinadas coisas; capacidade, faculdade  
Ex.: *tinha o p. de conquistar amizades com grande facilidade*
- 16** vigor, potência
- 17** supremacia em dirigir e governar as ações de outrem pela imposição da obediência; domínio, influência
- 18** domínio de fato exercido sobre uma coisa; posse
- 19** virtude ou capacidade de (algo) produzir determinado efeito; eficácia  
Ex.: *o grande p. da vitamina C já está comprovado*
- 20** qualidade de quem demonstra capacidade, aptidão, perícia  
Ex.: *a cantora tinha o p. de silenciar a plateia*
- 21** grande quantidade; abundância  
Ex.: *um p. de bombas caindo sobre a cidade*

(HOUAISS – versão eletrônica, 2009)

Em **13**, vemos claramente expressa a ideia de “ter voz de mando”, que pode ser facilmente relacionada ao elemento com o qual trabalha o intérprete, ou seja, o discurso

oral, a voz, ou ao ato de fala. Em **17**, atribui-se a essa voz a capacidade de influenciar o outro, ou o meio, para, em **19**, “produzir determinado efeito”.

Observando a definição de *poder* presente no dicionário de francês, Le Petit Robert (2011), vemos no item I a acepção de “possibilidade de agir”, descrita em I-1 como “o fato de poder, de dispor de meios naturais que permitem uma ação”. Mais adiante, em I-4, encontramos “Possibilidade de agir sobre alguém, sobre algo”. Já em II-1, o poder está associado a uma “potência política à qual o cidadão está submetido”, um sinônimo de poder constituído. Temos, portanto, uma noção da abrangência do termo *poder*, que transita desde o nível mais individual, no qual coisas e pessoas possuem uma capacidade, um poder de realizar determinados atos, até o nível mais institucionalizado e central do poder político constituído.

### **Pouvoir**

#### I. POSSIBILITÉ D'AGIR

1. Le fait de pouvoir, de disposer de moyens naturels ou occasionnels qui permettent une action. → faculté, possibilité.
2. (milieu XII<sup>e</sup>) Capacité légale (de faire une chose). → 3. droit.
4. (début XIII<sup>e</sup>) Possibilité d'agir sur qqn, qqch. → autorité, empire, puissance. → 2. ascendant, influence.

#### II. GOUVERNEMENT

1. (fin XV<sup>e</sup>) Situation de ceux qui dirigent; puissance politique à laquelle est soumis le citoyen.

(LE PETIT ROBERT – versão eletrônica, 2011)

Essa mesma gama de significados é encontrada no dicionário de inglês, Merriam-Webster (2003), no qual *poder* está definido em 1-a como a “habilidade de agir ou produzir um efeito”, em 2-a, como a “posse de controle, autoridade, ou influência sobre outros”, e, em 3-c, como “controle ou influência política”. Também é sinônimo daquele, ou daqueles que detêm o poder, como em “estado soberano”.

### **Power**

- 1 a: a position of ascendancy : ability to compel obedience: CONTROL, DOMINION  
b (1): a military force or its equipment (2): ability to wage war
- 2 a (1): capability of acting or of producing an effect (2): a mental or physical ability or aptitude: FACULTY, TALENT (3): performance measured without consideration of the element of speed b: political sway: social sway: INFLUENCE, PRESTIGE
- 3 a (1): a delegated right or privilege : PREROGATIVE (2): delegated authority b : a document conferring legal authority c: legal authority; specifically: the ability to change legal relations — 4: one that has influence or authority; specifically: a sovereign state synonyms CONTROL, AUTHORITY, JURISDICTION, COMMAND,

DOMINION, SWAY: POWER indicates possession of the ability to wield coercive force, permissive authority, or substantial influence  
(MERRIAM-WEBSTER – versão eletrônica, 2003)

Em qualquer dos casos, temos o *poder* como “capacidade de agir”, e é exatamente como agente, como alguém que age, que o intérprete ou tradutor realiza sua atividade. Essa capacidade de agir está diretamente ligada ao ato de escolher, que por si só é uma ação. A escolha da palavra mais adequada, a escolha do melhor equivalente linguístico, a escolha do tom de voz a ser utilizado, são todas ações que contêm em si um determinado grau de variabilidade, podendo ser executadas de maneiras diferentes por cada intérprete ou tradutor. As diferenças observadas são, com frequência, fruto de um arcabouço — que podemos chamar ideológico — de cada profissional e de cada contexto no qual a atividade de interpretação ou tradução está inserida. Chegamos, portanto, ao encontro do conjunto de valores ideológicos que servem de base para a realização de uma escolha, de uma ação qualquer, sendo esta a expressão de um poder, o poder de agir, em alguns casos indicado pelo termo “agentividade”.

## 2.2. O poder a partir de uma abordagem filosófica

Em sua obra *O Poder Simbólico*, Bourdieu (2003) desenvolve uma abordagem social e política do poder em diferentes níveis. Já em suas partes iniciais, seu texto nos remete à ideia de que o poder se encontra onde é menos visto, onde é simbólico. Esse simbolismo estaria presente não só na arte, na religião, mas também, e especialmente, na língua, nas relações de comunicação.

As relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessa relação [...] (BOURDIEU, 2003, p. 11)

Apesar de não visto, esse poder simbólico “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2003, p. 7-8). Ele não é visto porque é intencionalmente ignorado e, portanto, reconhecido. Ideia diferente daquela em que algo não é nem percebido.

Esses sistemas simbólicos funcionam de maneira a reforçar sua própria legitimidade, o que é feito através da modulação do próprio discurso, do uso da palavra.

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 2003, p. 15)

A importância do discurso, nesse âmbito, é salientada por Foucault (2011). Em sua aula inaugural no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970, publicada sob o título de *A Ordem do Discurso*, o autor nos fala da

inquietação de sentir sob essa atividade [o discurso], todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de suportar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 2011, p. 8)

Foucault (2011) desenvolve a visão de uma sociedade na qual o discurso é controlado e exerce um papel central em mecanismos de exclusão e de interdição. Além disso, mesmo que o discurso aparente ser pouca coisa, “as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder” (p. 10). E continua no aprofundamento dessa relação colocando o discurso não na posição de instrumento de reprodução ou difusão do poder, mas naquela do próprio poder. Em suas palavras:

[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apropriar. (FOUCAULT, 2011, p. 10)

O discurso deixa de ocupar o lugar daquilo que expressa um desejo e passa ao lugar do próprio objeto de desejo.

Em *Le pouvoir dans tous ces états*, Chabry et Chabry (2003) apresentam uma visão da evolução do pensamento sobre o poder. Originalmente circunscrito à ciência política, o poder atrai aos poucos um olhar mais diversificado, deixando de ser uma instância puramente jurídica e passando a ser visto como atuante – e mesmo estruturante – nas relações sociais. Ele não é mais algo exercido por um único indivíduo ou por uma única instituição, mas passa a ser visto no lugar que ocupa nos diversos níveis de relacionamento entre indivíduos e instituições. Além disso, o poder deixa de ser apenas considerado como uma ação específica, ou o resultado dela, na qual alguém obtém algo



concreto. Observa-se uma subjetividade, uma não explicitação muito mais insidiosa do que aquilo que é visível.

Os autores concluem o primeiro capítulo da obra, “Le concept de pouvoir”, com a seguinte constatação:

[...] fomos levados a constatar que toda teoria do poder apoia-se necessariamente – mas nem sempre explicitamente – sobre um postulado que diz respeito à natureza da relação entre o ator político e seu ambiente, entre aquilo que é concebido muitas vezes como uma “interioridade” (a subjetividade) e uma “exterioridade” (o real) [...] (CHABRY & CHABRY, 2003, p. 22)

Da mesma forma, Foucault (1996) procura desenvolver uma “genealogia” do poder que o vê descentralizado. Para ele, não se pode mais atribuir o poder apenas ao Estado, que seria a única entidade a exercê-lo. O poder do Estado só existe, na verdade, baseado em toda uma complexa rede de relações que o alimentam, em um meio social construído e moldado por relações de poder das quais ninguém está isento. Como explica Roberto Machado, na introdução ao livro *A Microfísica do Poder* (1996), a maneira de ver de Foucault convoca uma forma de análise que não seja mais de cima para baixo, do centro para a periferia. O olhar de Foucault pretende partir do detalhe, do micro, entender suas especificidades e, só então, compreender como todos os pontos se ligam a uma forma de poder central ou hegemônico. Nas palavras de Machado, surge, com Foucault, a necessidade de uma nova abordagem nos estudos sobre o poder:

[...] a necessidade de utilizar uma *démarche* inversa: partir da especificidade da questão colocada, que para a genealogia que ele tem realizado é a dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes – sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, etc. – e analisar como esses micropoderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho do Estado. A análise ascendente que Foucault não só propõe, mas realiza, estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar.

O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. (MACHADO, 1996, p. XIII-XIV)

Ainda, nas palavras do próprio Foucault:

O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. (FOUCAULT, 1996, p. 5)

É informado pela abordagem sugerida por Foucault (1996) que pretendo considerar a literatura dos Estudos da Interpretação que lidam com a questão do poder. Ou seja, a partir da observação de diferentes casos estudados, procurarei obter uma visão mais abrangente das “redes e níveis a que pertencem”, de modo a poder construir, mesmo que de maneira imperfeita, uma imagem da inserção do poder e de sua repercussão no exercício da interpretação.

### 2.3. *Ideologia* na linguagem

Para pensarmos o termo *ideologia*, utilizaremos referências distintas: a discussão relativa aos Estudos da Tradução, apresentada mais adiante, e uma abordagem da linguística antropológica conhecida como ideologia da linguagem. Esse campo de pesquisas procura denotar a influência ideológica na própria estrutura da linguagem, nas normas que definem aquilo que é adequado ou não e que assim contribuem para a estratificação social dos falantes de acordo com o uso que fazem da língua.

Michael Silverstein (1979), por exemplo, em seu artigo intitulado “Language Structure and Linguistic Ideology”, começa por fazer referência às definições de dicionário, que procuram assumir o papel de autoridade no estabelecimento do sentido correto das palavras com base em pressupostos que estão ligados a todo um arcabouço ideológico, a um modelo linguístico específico. Nosso próprio uso das definições apresentadas anteriormente neste trabalho poderia nos servir para perceber como, entre as três obras citadas, existem ângulos diferentes utilizados para definir uma mesma noção, no caso, *poder* ou *ideologia*, e a simples utilização de tais definições dicionarizadas logo no início da dissertação seria alvo do questionamento apresentado por Silverstein. O autor associa a escolha baseada em dicionários com uma ideologia norte-americana que, por si só, já informaria o uso que se faz da linguagem. Diz ele:

Se eu começasse com a observação “o dicionário Webster define ideologia como...”, vocês teriam um exemplo de uma ideologia linguística americana muito comum em ação. Seria o apelo retórico ao dicionário publicado como autoridade codificada sobre aquilo que as palavras realmente significam. Até mesmo a força arbitrária dessa retórica

baseia-se num amplo conjunto de racionalizações sobre a natureza da autoridade do dicionário em tais questões. (SILVERSTEIN, 1979, p. 193)

Da mesma maneira, Silverstein (1979) argumenta que, ao buscarmos a origem etimológica de determinada palavra, temos a ilustração de “outra proposta ideológica comum sobre o significado ‘verdadeiro’, ou até mesmo central das palavras com base em suas origens etimológicas” (p. 193). Conhecimento este que, de alguma forma, nos permitiria usar as palavras com correção. O que o autor nos leva a perceber, é que, qualquer que seja a escolha que façamos, ela será necessariamente informada por algum pressuposto, por algum conjunto de ideias e conceitos que a validam.

Para Silverstein (1979), “ideologias da linguagem, ou ideologias linguísticas, são quaisquer conjuntos de crenças sobre linguagem articulados pelos usuários como racionalização ou justificação da estrutura e do uso percebidos da linguagem” (p. 193). Em palestra proferida em 2006, Jan Blommaert retoma Silverstein e resume: “ideologias da linguagem são crenças, ideias, visões e percepções sobre linguagem e comunicação” (p. 2).

Segundo Blommaert (2006), a abordagem das ideologias da linguagem nos permite investigar os fenômenos sociolinguísticos “não como dados, mas como construídos em realidades situadas” (p. 2). Parte dessas “realidades situadas” seria invisível, porém presente na forma de padrões que permitiriam um grau de coletividade no uso que é feito da linguagem. Esses “complexos ideacionais pertencem a todos os aspectos da comunicação: das formas e funções linguísticas até arcabouços comportamentais mais amplos (muitas vezes chamados de ‘não linguísticos’) nos quais ocorrem” (p. 2).

Assim, ainda de acordo com Blommaert (2006), a linguagem seria apenas um modo de produção de sentido e as pessoas seriam vistas como “realizando” (*performing*) significados, pois a própria estrutura de sua fala já denotaria uma série de referências socioculturais e contextuais, independentemente do sentido mais exteriorizado do discurso produzido.

Como diz Silverstein (1979), a relação entre ideologia e a própria estrutura da linguagem “seria a mesma que se verifica em qualquer outra esfera da vida social, um fenômeno de grande significação para a prática da linguística” (p. 193). Para argumentar nesse sentido, o autor deixa-se informar pelo trabalho de Whorf (1940) que, com base em questionamentos levantados por Boas (1911), propôs que a ideologia de referência

do usuário da linguagem, sua referência de como esta serve como sistema de segmentação e classificação, permitindo-lhe falar sobre a experiência no mundo, “está sistematicamente relacionada com a estrutura gramatical da linguagem, ou pelo menos é, em parte, sistematicamente derivada desta” (SILVERSTEIN, 1979, p. 193-194).

Para esclarecer esse ponto, Blommaert (2006) enfatiza a origem das ideologias da linguagem na preocupação de Whorf com as conexões entre forma da linguagem e “visão de mundo”, apresentando a ideia básica de Whorf como se segue:

[Whorf] argumentava que categorias gramaticais codificam e, portanto, revelam aspectos de percepções coletivas da realidade. Assim, a organização gramatical não seria randômica, lógica ou autônoma, mas cultural e social, e mostraria coerência com outros aspectos de padronização social e cultural. Nesse sentido, a forma gramatical responderia a padrões coletivos que organizam o comportamento social e cultural, incluindo o comportamento linguístico. (BLOMMAERT, 2006, p. 2)

Ao analisar o campo de investigação das ideologias da linguagem, na introdução da obra “Language Ideologies”, Kathrin Woolard (1998) esclarece que a expressão ideologia da linguagem significa as “representações, sejam explícitas ou implícitas, que constroem a intersecção da linguagem e dos seres humanos num mundo social” (p. 3). Segundo a autora, as ideologias da linguagem não dizem respeito apenas à linguagem em si, mas aos laços existentes entre linguagem e temas como identidade, estética, moralidade e epistemologia.

Através de tais vínculos, [as ideologias da linguagem] subjazem não somente a forma linguística, mas também a própria noção da pessoa e do grupo social, assim como instituições sociais fundamentais como o ritual religioso, as relações de gênero, o estado nação, a educação e a lei. (WOOLARD, 1998, p. 3)

Woolard (1998) menciona o trabalho de Silverstein e o conceito de metapragmática por ele utilizado, que envolveria um “comentário implícito e explícito sobre a linguagem em uso e sinalizações a seu respeito” (p. 4). Para entendermos um pouco de que maneira essas investigações sobre ideologias da linguagem fazem sentido na prática do dia-a-dia, ou seja, no uso da linguagem, apresentamos um exemplo mencionado por Blommaert (2006) que ilustra a declaração de Silverstein de que uma forma específica representaria um significado social e cultural específico:

Assim, em francês, *tu* e *vous* partilham uma boa quantidade de significado linguístico, mas são diferenciados por significados indíceis: *tu* indexa um interlocutor “inferior” de segunda pessoa do singular, enquanto *vous* indexa um interlocutor de segunda pessoa

do singular “superior”. Aquele que utiliza *tu* ou *vous* expressaria indexicamente o seu grau de respeito e distanciamento social com relação ao interlocutor, e o interlocutor atribuiria características de identidade convencionais, tais como “cordial”, “adequado”, “bem educado”, “classe média”, etc. àquele que utiliza essas formas. (BLOMMAERT, 2006, p. 2-3)

Fica mais fácil, a partir do exemplo acima, entender a importância de um intérprete saber se utilizará *vocês*, ou *os senhores*, ou *as senhoras e os senhores*, quando um determinado palestrante de língua inglesa disser simplesmente *you* ao dirigir-se ao público presente. Essa escolha, que vai além de uma simples concordância de número, que pode facilmente ser resolvida pela observação da quantidade de interlocutores presentes, seria um exemplo do que a ideologia da linguagem procura observar. A partir dessa escolha aparentemente simples, fica determinado não somente o nível de relação que o intérprete quer manter com seus ouvintes, parecendo mais ou menos formal, mais ou menos culto, mas também o nível de relação que ele atribui ao falante principal na relação com seus interlocutores, ou com seu público. Na experiência profissional, percebemos que existe uma série de situações nas quais o código social pressupõe a utilização de um registro mais formal, e que a opção pelo *você* em uma dessas circunstâncias seria vista, não somente pelos ouvintes como também pelos colegas de profissão, como um desvio da norma e, portanto, uma falha profissional.

Mesmo sem nos aprofundarmos no campo da ideologia linguística, podemos, como quer Woolard (1998), perceber “a inevitável relevância de sua dimensão” (p. 4) para estudos que envolvam ideologia e discurso de maneira geral. Além disso, para a autora, embora haja muitos pontos de divergência entre os estudos na área, os artigos publicados a respeito “compartilham de uma ênfase fundamental nas origens sociais do pensamento e da representação, em suas raízes oriundas da experiência particular de uma posição social ou sua responsividade a tais experiências” (WOOLARD, 1998, p. 10).

Os aspectos ideológicos presentes no uso e estrutura da linguagem podem também ser percebidos hoje no que Blommaert (2006) chama de “comoditização da linguagem”. Num ambiente globalmente dominado pelo inglês como língua dos negócios, assiste-se cada vez mais a uma ênfase em aspectos linguisticamente menos centrais do idioma sendo exibidos como uma vantagem pela qual se deve pagar. No caso, o autor menciona a importância que cursos de idioma atribuem ao sotaque e como fica aparente o seu caráter de estratificação social:

Não basta produzir sentenças gramaticalmente bem formadas em inglês, deve-se produzir essas sentenças com um sotaque de Michigan ou de Illinois. Os fornecedores de tais cursos de idioma não são nada discretos com relação ao que está em jogo: em um mundo globalizado, você não quer apenas falar inglês. Você quer falar inglês *americano*, ou ainda mais precisamente, você quer soar como o americano *médio* (do meio-oeste, classe média). Não surpreende que ainda estejamos por encontrar um fornecedor que tente vender um sotaque nigeriano, ou paquistanês. A comodificação do sotaque não é uma questão de uniformização, mas de estratificação da crescente diversidade do campo do inglês. (BLOMMAERT, 2006, p. 6)

A questão aqui, segundo Blommaert (2006), é que essa comercialização de aspectos linguísticos se dá a partir da ativação de imagens ideológicas de função, sugerindo, no caso apresentado acima, que um idioma como o inglês deve ser falado com um sotaque “neutro”, que não identifique o falante como tendo uma origem precisa, mas sim como um cidadão global. Não agir desta forma seria permanecer “local, ou seja, reconhecível como sendo originário de algum lugar como a Nigéria ou o Paquistão (ou a Bélgica, a África do Sul, o Brasil, etc.)” (p. 6-7).

Assim, percebemos como tanto a forma da linguagem quanto a estrutura social são mediadas por ideologias linguísticas, e o estudo de tais ideologias permitiria uma melhor compreensão de como esses aspectos interagem entre si, de como se informam mutuamente. Para Blommaert (2006), o tipo de poder que se exerce a partir da interação entre ideologia, linguagem e estrutura social é um “*poder capilar*, aquele que Foucault descreveu como produtor de pessoas como sujeitos que agem num tópico de maneira específica, sistemática e, desta forma, tornam-se alguém” (p. 7).

A relevância dessa leitura da ideologia linguística para nosso trabalho é exatamente mostrar o quanto os aspectos ideológicos encontram-se presentes desde a própria estrutura da linguagem, ajudando-nos a perceber até que ponto é importante abordar esse tema ao se falar de interpretação. Contudo, o conceito de *ideologia* aqui abordado será mais aprofundado e ampliado na apresentação que se segue, sob a visada dos Estudos da Tradução.

## 2.4. Poder e ideologia nos Estudos da Tradução

Segundo María Calzada-Pérez (2003), a profusão de definições de ideologia tende a confundir tanto acadêmicos quanto leigos. Para os últimos, uma ideologia seria “uma crença ou conjunto de ideias, especialmente de crenças políticas, nos quais pessoas, partidos, ou países baseiam suas ações”, escreve a autora, citando o dicionário Collins Cobuild (p. 3).

Essa variedade levou alguns teóricos da tradução a cunharem sua própria definição. André Lefevere (1998), por exemplo, “descreve ideologia como uma ‘grade conceitual que consiste em opiniões e atitudes consideradas aceitáveis numa determinada sociedade, numa determinada época e através da qual leitores e tradutores abordam textos’ argumentando que a tradução é governada, acima de tudo, pela patronagem, que consiste em componentes ideológicos, econômicos e de status” (LEFEVERE, 1998, p. 48 apud FAWCETT & MUNDAY, 2009, p. 137).

Marcia A. P. Martins (2010), ao discorrer sobre a contribuição de Lefevere para os Estudos da Tradução, salienta que seu trabalho “foi marcado pela preocupação de descrever a articulação do sistema de reescritas com as estruturas de poder e os agentes de continuidade em uma cultura” (p. 65). Dessa forma, agregou aos elementos já presentes mais um, extremamente importante, que é o político. Martins considera que as ideias de Lefevere com respeito à interação da tradução com a cultura e suas estruturas de poder são fundamentais para se entender o papel das editoras e das instituições, constituídos como agentes que, “através de incentivo e patrocínio, interferem nas decisões editoriais e na instauração de políticas culturais” (p. 65).

Peter Fawcett e Jeremy Munday (2009) reconhecem que grande parte do problema em se discutir ideologia e tradução é de definição e categorias, o que dá origem a diversas perguntas que dizem respeito ao alcance da ideologia nas ações humanas, à sua real participação na vida e no mundo dos indivíduos e ao uso do conceito de ideologia para explicar opções que poderiam, por exemplo, ser encaradas como culturais.

Um dos exemplos que os autores utilizam para ilustrar essa dúvida quanto ao uso do conceito de ideologia é a remoção, por parte dos editores do diário de Anne Frank, de alusões à sua sexualidade. Seria essa remoção um ato ideológico, como sugere Lefevere (1992), calcado na imagem sancionada do que uma garota de quatorze anos pode ou não fazer, ou apenas uma questão de pudor? Segundo os autores, a própria visão que

Lefevere tem das classes média e alta estaria impregnada por uma ideologia oculta, por não ser declarada, o que ilustra a complexidade e sutileza do tema (FAWCETT & MUNDAY, 2009).

Calzada-Pérez (1997), na introdução da obra por ela organizada, *A Propos of Ideology*, ressalta a distinção entre cultura e ideologia. A autora define a segunda como um “conjunto de ideias, valores e crenças que regem a comunidade por serem considerados a norma” (p. 5). Para definir a primeira, ela cita outro autor, Khol (1984)<sup>3</sup>, para quem a cultura seria normalmente tida como “um sistema integrado de padrões de comportamento aprendido característicos dos membros de uma dada sociedade” (p. 17 apud CALZADA-PÉREZ, 2003, p. 6). Calzada-Pérez (2003) reconhece a existência de interseções entre ambas as definições e afirma ainda que a diferença entre elas pode ser tão sutil que leva acadêmicos como Fawcett (1998) a perguntarem abertamente “Quando é que algo se trata de ideologia e, não, de cultura?” (p. 5-6).

A mesma preocupação é partilhada ainda por David Katan (2009), que sustenta que “nos Estudos da Tradução, tanto teóricos como praticantes estão divididos quanto ao significado e importância da cultura, mesmo se a maioria aceita tacitamente que existe alguma forma de ‘filtro cultural’ envolvido no processo de tradução” (p. 70).

A história, por seu lado, sempre esteve permeada por encontros interculturais e pressões ideológicas, portanto, as tensões interculturais que marcaram a virada do milênio e ainda estão presentes num mundo cada vez mais globalizado não são totalmente novas (CALZADA-PÉREZ, 2003). Contudo, como diz Calzada-Pérez (2003), “a preocupação com essas tensões ideológicas globalizadas tem gerado um crescente interesse por parte de uma variedade de disciplinas que abarcam desde a ciência política e a antropologia até a linguística, passando pela sociologia e estudos culturais. A linguística, por exemplo, desenvolveu uma linha de pesquisa relativamente nova – a Análise Crítica do Discurso (ACD) – cujo objetivo principal é expor as forças ideológicas que subjazem as trocas comunicativas” (p. 1-2).

Os contendores da ACD alegam que todo uso da linguagem é ideológico. Sendo a tradução uma operação executada com o uso da linguagem, ela própria seria um *locus* de “encontros ideológicos” (CALZADA-PÉREZ, 2003, p. 2).

---

<sup>3</sup> KHOL, L. R. *Survival Kit for Overseas Living: For Americans Planning to Live and Work Abroad*. Yarmouth, Maine: Intercultural Press, Inc., 1984



Assim como Calzada-Pérez, também concordo com a afirmação de Van Dijk (1998) de que o termo ideologia é às vezes “tomado como um sistema de crenças errôneas, falsas, distorcidas ou de alguma forma mal orientadas” (p. 3), fruto de uma herança marxista e neomarxista. Segundo essa linha de pensamento, a ideologia seria imposta de maneira furtiva, tornando-se “gradativamente um pensamento cotidiano, comum. Quanto mais naturalizada for, mais sucesso obterá entre seus cidadãos subjugados” (p. 4). Van Dijk atribui a isso o fato de poucos de nós “descrevermos nosso próprio sistema de crenças ou convicções como ‘ideologias’. Ao contrário, o Nosso é a Verdade, o Deles é Ideologia”, diz ele (VAN DIJK, 1998, p. 2).

Reunindo as conotações negativa/destrutiva e positiva/construtiva, Douglas Kellner (n.d.) descreve o termo ideologia como: “Janicéfalo, com dois lados: contém erros, mistificações e técnicas de manipulação e dominação, mas também um resíduo utópico que pode ser usado para a crítica social e para o avanço da política progressista” (KELLNER, n.d. Disponível em: <<http://www.uta.edu/huma/illuminations/kell1.htm>>).

O termo ideologia teria, assim, por vezes conotações negativas, sendo vinculado ao poder social hegemônico, como conjunto de “ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses do grupo dominante por meio de distorção ou dissimulação” (EAGLETON, 1991, p. 30 apud CALZADA-PÉREZ, 2003, p. 4)<sup>4</sup>. Outras vezes, denotaria “um veículo para a promoção e legitimação de interesses de um grupo social específico, e não como forma de combater ou destruir opositores” (CALZADA-PÉREZ, 2003, p. 4-5).

Para Jef Verschueren (1999), editor de uma compilação sobre ideologia no uso da linguagem, “a ideologia é interpretada como qualquer constelação de crenças ou ideias, baseadas num aspecto da realidade social, que são experimentadas como fundamentais ou como senso comum e que desempenham um papel normativo” (VERSCHUEREN, 1999 apud CALZADA-PÉREZ, 2003, p. 5)<sup>5</sup>.

Como explicita Calzada-Pérez, Van Dijk concorda com Verschueren ao dizer que “uma ideologia é o conjunto de crenças factuais e avaliativas – ou seja, o conhecimento e as opiniões – de um grupo. Em outras palavras, um pouco como os axiomas de um sistema formal, as ideologias consistem nas crenças e opiniões sociais gerais e abstratas

<sup>4</sup> EAGLETON, T. **Ideology: An Introduction**. Londres: Verso, 1991.

<sup>5</sup> VERSCHUEREN, J. (ed.) *Language and Ideology. Selected Papers from the 6th International Pragmatics Conference*. Vol. 1, Antuérpia: International Pragmatics Association (IprA), 1999.

(atitudes) de um grupo” (VAN DIJK, 1998, p. 48-9 apud CALZADA-PÉREZ, 2003, p. 5).

Em *A Propos of Ideology*, a autora se alinha com a visão de Van Dijk e Verschueren ao utilizar uma definição de ideologia que não se limita à esfera política, mas que permite que “pesquisadores investiguem modos de pensar, formas de avaliar e códigos de comportamento que regem a comunidade por serem considerados a norma” (CALZADA-PÉREZ, 2003, p. 5). A ideologia seria entendida como algo que permeia grupos os mais variados que nem sempre se ajustam à definição convencional de sociedade, assumindo nuances mais específicas de acordo com o contexto.

Para a área dos Estudos da Tradução, “o interesse pela ideologia está ligado ao conceito de linguagem e relações de poder e à distorção, manipulação ou reescrita do texto e da cultura de saída no processo de tradução”. Esse interesse seria explicado pelo “que Gentzler e Timoczko (2002) chamam de ‘parcialidade’ inerente à tradução, seu status como representação inevitavelmente parcial do texto fonte” (FAWCETT & MUNDAY, 2009, p. 138). Aí estariam em jogo não somente as escolhas do tradutor, como também as do editor, ou do iniciador (aquele que paga pela tradução) — escolhas necessariamente parciais, que “condicionam a imagem, a função e o impacto do texto na cultura meta, podendo ser repressivas ou subversivas” (p. 138).

A ideologia pode ser estudada com relação à sua influência na estratégia de tradução, assim como na luta ideológica dentro do próprio campo dos estudos da tradução. Um exemplo contundente de ativismo político-ideológico dentro do campo teórico dos Estudos da Tradução é o trabalho de Lawrence Venuti.

Retomando o célebre texto de Schleiermacher (2001), *Sobre os diferentes métodos de tradução*, Venuti (1998) defende uma posição estrangeirizadora da tradução, afastando-se dos referenciais canônicos da língua e da cultura meta. Existe, contudo, uma diferença fundamental entre as perspectivas dos dois autores. Num período em que imperavam as “*belles infidèles*” francesas, traduções que alteravam o conteúdo do original com o intuito de adequar o texto ao gosto e ao estilo da época, Schleiermacher, considerando que a língua alemã, assim como a cultura, precisava se enriquecer, propõe que as traduções para o idioma alemão guardem em si o caráter do idioma da obra original, usando essa estratégia para trazer à sua língua elementos de enriquecimento. Quando Venuti defende a estrangeirização como estratégia tradutória, seu ponto de vista, como tradutor norte-americano, é o de combater a hegemonia da língua inglesa, usando, portanto, a estrangeirização como estratégia política que visa privilegiar a

língua de origem. A domesticação, por outro lado, envolveria para ele uma adequação do texto de origem ao estilo do idioma meta, apagando os estranhamentos que o original pudesse conter, tornando o texto mais fluente, porém, fazendo com que a tradução se torne invisível (MUNDAY, 2001).

Como analisa Martins (2010), “pode-se dizer, então, que nesse aspecto Venuti se distancia de Schleiermacher, na medida em que a estratégia de estranhamento preconizada pelo teórico alemão visava o enriquecimento da língua e da literatura alemãs, enquanto que a prática estrangeirizadora e o projeto minorizante do norte-americano têm como objetivo abalar o domínio global do inglês” (p. 68).

Além disso, para Douglas Robinson (2001), é importante reconhecer de que maneira os tradutores atuam com base em seus próprios valores ideológicos, na maioria das vezes inconscientes. O autor é citado por Calzada-Pérez (2003) em sua afirmação de que

tradutores são essas pessoas que sabem (certas) coisas e que deixam que seu conhecimento guie seu comportamento. E esse conhecimento é ideológico. É controlado por normas ideológicas [...]. Se você quer se tornar um tradutor, tem que se submeter ao papel submisso do tradutor, se submeter a ser ‘possuído’ pelas normas ideológicas que o informam [...]. (ROBINSON, 2001 apud CALZADA-PÉREZ, 2003, p. 7)<sup>6</sup>

A mesma autora sintetiza sua discussão sobre ideologia observando que “os tradutores traduzem de acordo com o contexto ideológico no qual aprendem e executam suas tarefas (CALZADA-PÉREZ, 2003, p. 7).

Mesmo com toda a variedade de opiniões e nuances quanto ao conceito, a ideologia está inegavelmente presente não somente nas discussões, como também nos atos ligados à tradução, sendo possível percebê-la em contextos distintos e sob óticas diversas.

## **2.5. Poder e ideologia nos Estudos da Interpretação**

O questionamento ligado à ideologia e ao poder na interpretação tem se concentrado principalmente em torno da análise do papel do intérprete em contextos

---

<sup>6</sup> ROBINSON, D. **Who Translates? Translator Subjectivities Beyond Reason**. Albany, NY: SUNY Press, 2001.

específicos. Ele seria visto como um intermediário, um elo de comunicação entre interlocutores de culturas diferentes, com pesos distintos.

Foi durante o século XX que a interpretação alcançou status de profissão, passando a ser mais institucionalizada, representada por órgãos e associações de classe e ensinada nas universidades. Com isso, a descrição do papel do intérprete também foi sendo pormenorizada como parte dos códigos de ética profissional publicados pelas associações.

Na descrição das funções do intérprete, muito se levou em conta a atividade em sua modalidade simultânea, mediada pela tecnologia. Assim, a imagem de *neutralidade* e *invisibilidade* do intérprete ganhou força, com prescrições de precisão, completude e fidelidade na elocução e rejeição a qualquer iniciativa discursiva por parte do intérprete, definido como “uma ‘não-pessoa’ ocupando uma posição *neutra* entre os interlocutores” (PÖCHHACKER, 2004, p. 147).

Dessa visão resultou uma concepção generalizada de que o intérprete atuaria como uma *máquina invisível* de tradução entre uma língua A e outra B. Essa visão mecanicista foi reforçada pela exigência de literalidade extrema do contexto jurídico, no qual o discurso indireto não pode ser considerado como evidência, devendo o intérprete abster-se de qualquer “interferência” no discurso traduzido, por menor que seja (PÖCHHACKER, 2004).

Ainda com relação ao papel do intérprete profissional, seu desempenho foi estudado por diferentes pesquisadores e em diferentes contextos com base nas expectativas de usuários de interpretação no que diz respeito ao grau de interferência ativa do intérprete e em seu papel de mediador cultural, devendo o intérprete, ou não, acrescentar suas próprias explicações para elucidar questões de diferenças culturais.

Basicamente, as pesquisas ficaram concentradas na definição, ou compreensão, dos limites da atuação do intérprete, levando-se em conta os diferentes contextos possíveis de sua prática (interpretação comunitária, médica, jurídica, simultânea, em língua de sinais, etc.). A partir da análise do papel do intérprete e suas limitações/possibilidades, visivelmente calcada numa necessidade de definição desse papel, procurou-se observar critérios de profissionalismo e ética, vinculados ao grau de envolvimento do profissional como participante ativo na interação entre os usuários da interpretação. Tais observações levaram à constatação de situações nas quais existe uma sobrecarga, ou um conflito de funções do intérprete, demonstrando que seu desempenho não é pautado apenas por uma questão de profissionalismo, mas que “a amplitude e o

poder exercidos pelos intérpretes ao realizar suas funções estão sujeitos a limitações específicas de contexto nos níveis interacional, socioprofissional e institucional” (PÖCHHACKER, 2004, p. 153).

Há muitos trabalhos sobre interpretação que abordam temas ligados a ideologia ou a poder, contudo, segundo Cronin (2002), esse tipo de pesquisa ainda está sub-representado. Além disso, grande parte do material produzido na área de interpretação comunitária preocupa-se com questões de treinamento, certificação e dificuldades práticas com as quais os intérpretes lidam.

Em seu pleito por uma virada cultural nos Estudos da Interpretação, Cronin (2002) lista uma série de autores que muito contribuíram para o desenvolvimento dessa abordagem, todos oriundos dos Estudos da Tradução (Susan Bassnett, André Lefevere, José Lambert, Theo Hermans, Sherry Simon e Laurence Venuti), ilustrando o inegável vínculo existente entre as duas áreas de estudo.

Mais adiante, o autor cita trabalhos específicos sobre interpretação, como o de Anderson (1976), que sugeria, já naquela época, a exploração de variáveis como classe social, gênero, escolaridade e fatores situacionais no estudo do papel do intérprete (apud CRONIN, 2002)<sup>7</sup>. Contudo, o trabalho de Anderson não levou a nenhuma mudança significativa nos Estudos da Interpretação.

Além do papel de mediador já mencionado anteriormente, Cronin (2002) aponta para a questão do controle, que seria o “problema central da tradução em geral e da interpretação em particular” (p. 392). Calcado no trabalho de Anderson (1976), o autor resgata a imagem do intérprete como uma criatura monstruosa, vivendo entre dois mundos e inspirando nos outros tanto admiração quanto desconfiança e desprezo, sentimentos opostos causados pelo desejo de estar próximo do intérprete, pela vontade de manipulá-lo e pelo medo de ser enganado por ele.

Podemos inferir, a partir do material levantado, que tradução e interpretação compartilham o uso que fazem dos conceitos de poder e ideologia, o que fica claro quando lemos a obra organizada por Calzada-Pérez (2003) que inclui um artigo sobre a posição intermediária do tradutor, e o comparamos à discussão de Cronin (2002) sobre o papel de mediação do intérprete.

---

<sup>7</sup> ANDERSON, R. Bruce W. Perspectives on the Role of the Interpreter. In: BRISLIN, Richard W. (ed.). **Translation: Applications and Research**. New York: Gardner Press, 1976. p. 208-228

Além disso, pode-se observar um percurso de desenvolvimento dos questionamentos sobre a interpretação a partir das investigações centradas na tradução. Mesmo conscientes dos esforços para estabelecer uma área de Estudos da Interpretação independente dos Estudos da Tradução, não podemos negar sua interconexão e o legado teórico que a última proporcionou à primeira.

As diferenças observadas se dão nos distintos contextos de atuação, assim como na diferença técnica entre uma atividade e outra, porém, ambas estão sujeitas a pressões e forças que influenciam a atividade profissional tanto de tradutores quanto de intérpretes, nos mais variados níveis.

## 2.6. Sobre mediação

Quanto à ideia de que tradutores e intérpretes podem ser considerados mediadores entre interlocutores ou culturas diferentes, existem autores que discordam dessa abordagem e que preferem não utilizar o conceito de mediador, ou de alguém que se posiciona num espaço entre dois lados opostos.

Mona Baker considera *mediação* como “um desses termos que é usado em toda parte, mas que raramente é definido” (CHESTERMAN & BAKER, 2008, p. 15), contudo, para alguns acadêmicos essa noção seria central, além de ser comumente associada ao tradutor/intérprete.

Da mesma forma, Maria Tymoczko (2003) argumenta que o uso do discurso do “entre-lugar” é enganador e não ajuda na compreensão do envolvimento ideológico dos profissionais da área. Para a autora, os estudos da tradução tenderam, recentemente, a considerar o tradutor como ocupando um espaço desconectado de sua realidade física, assim como de seu arcabouço ideológico. Esse lugar da tradução tampouco estaria ligado à cultura fonte, ou à cultura meta.

Para Tymoczko (2003), a atribuição desse espaço intermediário aos tradutores em geral estaria ligada a um aspecto da interpretação, quando esta acontece no modo consecutivo e o intérprete se posiciona fisicamente entre os interlocutores. Contudo, esta seria uma concepção arquetípica e idealizada, generalizada tanto para tradução quanto para interpretação. Se essa generalização já não é adequada para todos os modos de interpretação, é ainda mais distante da tradução escrita, que nem assume esse tipo de configuração espacial. Além disso, o conceito de espaço intermediário favorece a

desconexão da figura do tradutor de tudo aquilo que diz respeito ao seu contexto de atuação e seu universo interno de valores, elementos que marcam sua maneira de atuar.

Para evitar essa armadilha conceitual, Baker (2010) optou por entender a tradução e a interpretação como narrativas, que seriam histórias contadas a nós mesmos ou a outros que orientam nossa maneira de agir e nosso comportamento, estando relacionadas a outras narrativas ou a contextos mais amplos que envolvem uma determinada narrativa.

Narrativas, nessa visão, são “histórias” públicas e pessoais às quais aderimos e que orientam nosso comportamento. São as histórias que contamos a nós mesmos, não apenas aquelas que explicitamente contamos a outros, sobre o mundo, ou mundos nos quais vivemos. Como resultado, a narrativa, no sentido da teoria social, não remete necessariamente a um trecho específico de texto, sustentando, mais provavelmente, toda uma gama de textos e discursos sem que necessariamente esteja total ou explicitamente articulada em nenhum deles. (BAKER, 2010, p. 1)

Segundo a autora, “a teoria narrativa não permite ‘espaços intermediários’: ninguém, nem mesmo os tradutores, pode estar fora das narrativas ou entre elas” (BAKER, 2010, p. 8). De acordo com esta abordagem, o papel de tradutores e intérpretes seria visto no centro das interações, “nas narrativas que moldam suas próprias vidas, assim como as vidas daqueles para quem traduzem e interpretam” (p. 8-9), numa teia da qual todos fazem parte e para a qual todos contribuem.

Baker procura encorajar uma prática e um estudo da tradução que sejam mais engajados politicamente, e vê no momento histórico atual uma justificativa forte para essa postura:

Isto é particularmente importante neste ponto da história, quando tradutores e intérpretes estão fortemente envolvidos na mediação de uma variedade de conflitos políticos violentos, tornando-se eles próprios alvos de morte e prisão, quando alguns tradutores participaram da tortura de prisioneiros em locais como Abu Ghraib (ver e.g. Zernike 2004), e quando um número crescente de tradutores e intérpretes profissionais estão se unindo para formar grupos determinados a utilizar suas capacidades linguísticas para realizar mudanças políticas. Penso aqui em grupos como Babels, ECOS e Tlaxcala, entre outros. (CHESTERMAN & BAKER, 2008, p. 12)

Outro autor que contesta a utilização da ideia de que intérpretes atuariam a partir de um “entre mundos” é Franz Pöchhacker (2006). Em seu artigo “Interpreters and ideology: from *between* to *within*”, o autor analisa exatamente a tendência mais recente a se ver o intérprete como parte integrante da ação e não mais como intocado pelas interações do contexto no qual atua.

Sendo ele próprio membro da comunidade de intérpretes, pode afirmar com propriedade como os profissionais da área tipicamente se consideram além do alcance de ideologias específicas, ou entre elas, o que parece ser um posicionamento que caracteriza a prática profissional, assim como suas raízes conceituais. Essa posição de intermediário estaria ainda ligada ao conceito essencial à atividade, o de imparcialidade – aqui entendido como um grau atenuado de neutralidade -- segundo o qual os intérpretes não participariam das intenções ou ações de nenhuma das partes comunicantes, caracterizando a “noção de imparcialidade, e até mesmo de neutralidade, como pedra angular da profissão de intérprete” (PÖCHHACKER, 2006, p. 193), princípio este enfatizado em códigos de ética profissionais, como já pudemos constatar.

Para Pöchhacker (2006), a discussão sobre interpretação e ideologia poderia ser mais aprofundada ao nos distanciarmos da “visão de que intérpretes estariam posicionados de maneira mais ou menos imparcial *entre* ideologias e ao reconhecermos seu papel *no interior* de sistemas e instituições sociopolíticos” (p. 199). Além disso, atividades essenciais ao trabalho de interpretação, como o processamento conceitual e a organização lógica, que permitem distinguir aquilo que é importante do que não tem tanta importância, “não são possíveis fora de uma perspectiva de classe e independentemente de uma visão político-ideológica básica” (KADE, 1963, p. 15 apud PÖCHHACKER, 2006, p. 200).

Posicionar-se *entre* ou *no interior* pode ser fundamental e, às vezes, perigoso para intérpretes que trabalhem em zonas de conflito armado, contudo, Pöchhacker (2006) salienta que mesmo se desconsiderarmos essas situações de conflito armado, o tema do envolvimento dos intérpretes e do ponto de vista ideológico tornou-se importante na prática da profissão em geral (p. 10).

## 2.7. O intérprete nos códigos de ética

Como já foi mencionado, o objetivo desta pesquisa é determinar como as questões de poder e ideologia informam a prática da interpretação. Para tal, nossa observação cai inevitavelmente sobre a figura dos intérpretes. São eles que realizam escolhas, em situações as mais variadas, que repercutem no contexto de sua atuação, em sua imagem como profissionais, enfim, em sua vivência como cidadãos e seres



humanos. Sim, pois a prática profissional não está separada do contexto sociocultural no qual se inserem os intérpretes e os interlocutores que fazem uso de seus serviços.

Mas como caracterizar o profissional de interpretação? Tarefa difícil, sem dúvida, dadas as inúmeras possibilidades de caminhos a serem trilhados até a profissão. Em termos de histórico pessoal, e mesmo profissional, há tantos casos diferentes quantos intérpretes existem no mundo. Uma maneira de formar uma imagem do intérprete profissional é trazer algumas informações relativas à prática da profissão, ou seja, os códigos de ética, ou códigos de conduta adotados por associações de âmbito global ou regional de modo a contextualizar o que se espera dos intérpretes em meios profissionais.

Quatro foram as fontes aqui utilizadas: o código de ética da AIIC, a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência sediada na Suíça, da qual o autor desta dissertação é membro; o código da APIC, Associação Profissional de Intérpretes de Conferência com sede em São Paulo, representando a classe no Brasil; o código de ética da ATA, American Translators Association, representando a classe dos tradutores e intérpretes nos Estados Unidos; e o código de ética para intérpretes de uma empresa privada norte-americana especializada em interpretação médica. As quatro fontes mencionadas foram selecionadas como um recorte que inclui uma associação de âmbito global (AIIC), duas de âmbito nacional, sendo uma brasileira (APIC) e outra norte-americana (ATA), e uma oriunda do mercado privado. Tal escolha privilegia, sem dúvida, um modelo ocidental e americano (do norte e do sul), sendo assim mais próxima da realidade do mercado no qual tenho atuado.

Meu intuito não é expor a totalidade dos documentos mencionados, mas concentrar-me em destacar os itens que possam estar relacionados ao meu interesse de pesquisa, ou seja, o poder e a ideologia, por meio da definição da postura do intérprete no que diz respeito à questão da neutralidade, à não interferência intencional no material traduzido, enfim, à postura esperada do profissional ao exercer sua função.

Surpreendentemente, ao examinar o código de ética da AIIC, verificamos que não consta nenhum artigo diretamente relacionado à necessidade de o intérprete ser neutro, ou imparcial. Como já foi explicitado anteriormente, o site da associação apresenta menções a uma possível *neutralidade* (epígrafe desta dissertação) que pode ser facilmente observada no emprego do termo em seu material de divulgação eletrônica (Disponível em: <http://aiic.net>). O principal conteúdo do código de ética da AIIC faz referência à importância de se manter o sigilo com relação às informações tornadas

disponíveis quando de algum trabalho, assim como adverte contra a utilização de tais informações para benefício pessoal. Um grande espaço é também dedicado às condições de trabalho, especificando questões de equipamento, infraestrutura e quantidade de horas trabalhadas e salientando a necessidade de cada profissional representar adequadamente a associação, atendo-se a seus valores e prescrições.

Com texto muito semelhante, porém mais resumido, a APIC também não menciona em momento algum a necessidade de neutralidade, mas frisa, como a associação anterior, a importância do segredo profissional, da não utilização de informações em benefício próprio e do cumprimento das normas da associação. Esta semelhança não surpreende, pois a fundação da APIC se deu após a da AIIC e utilizando a última como referência.

### **AIIC**

#### **II. CODE OF HONOUR**

##### Article 2

a) Members of the Association shall be bound by the strictest secrecy, which must be observed towards all persons and with regard to all information disclosed in the course of the practice of the profession at any gathering not open to the public.

b) Members shall refrain from deriving any personal gain whatsoever from confidential information they may acquire in the exercise of their duties as conference interpreters.

(Disponível em: <http://aiic.net/page/54>)

### **APIC**

#### **II - Da Ética Profissional**

##### Artigo 2º

O intérprete obriga-se à estrita observância do segredo profissional, não podendo divulgar a quem quer que seja qualquer informação obtida no decorrer de sua atividade profissional, salvo no caso de reuniões abertas ao público em geral.

##### Artigo 3º

O intérprete não utilizará em proveito pessoal informações confidenciais porventura obtidas no exercício da profissão.

(Disponível em: <http://www.apic.org.br/website/db/a14/>)

Já no caso da empresa norte-americana, seu código de ética, destinado a profissionais atuantes e a candidatos à profissão de intérprete, compõe-se de nove artigos nomeados de acordo com o tema que abordam. Dos nove, um é especificamente voltado para o tema da precisão e completude na tradução, tema também presente no código das associações já mencionadas. Nesse item, enfatiza-se a necessidade de realizar uma tradução “completa e precisa, sem alterar ou omitir o que quer que seja dito”. Além disso, “o intérprete não deve acrescentar ao que é dito, nem oferecer

explicações que não tenham sido solicitadas”. O artigo seguinte é devotado à imparcialidade. Nele está escrito que o intérprete da empresa “deve ser imparcial e não tendencioso, devendo evitar condutas que possam dar a aparência de parcialidade. Ele/ela não deve permitir que opiniões pessoais interfiram em suas atividades, nem deve acrescentar comentários não solicitados ou fazer recomendações, a não ser para auxiliar na comunicação”. Aqui já percebemos uma tendência a frisar a importância de uma postura neutra por parte do profissional de interpretação. Lembramos que se trata de uma empresa que oferece serviços de interpretação e treinamento de intérpretes para atuação em contextos de medicina (consultórios, hospitais, etc.). Talvez pelo fato de a maioria das situações de trabalho ser em modo consecutivo, com grande proximidade com relação a paciente e profissional de saúde, tenha a empresa sentido a necessidade de reforçar a importância da postura de imparcialidade.

#### **Language Line Services Interpreter code of Ethics**

**ACCURACY & COMPLETENESS** The LLS Interpreter shall render, to the best of his/her ability, a complete and accurate interpretation without altering or omitting anything that is stated. Interpreter shall not add to what is said nor provide unsolicited explanation.

**IMPARTIALITY** The LLS Interpreter shall be impartial and unbiased and shall refrain from conduct that may give appearance of bias. He/she shall not allow personal opinions to interfere with his/her duties nor add unsolicited comments or make recommendations except to assist communication.

(Disponível em: [http://www.languageline.com/code\\_of\\_ethics](http://www.languageline.com/code_of_ethics))

Contudo, a ATA, associação também norte-americana, consagra o primeiro dos oito artigos de seu código de ética à fidelidade, à precisão e à imparcialidade na tradução de significado entre pessoas e culturas. Sua abrangência não se limita ao modo consecutivo de interpretação e engloba também a tradução escrita, provavelmente, um dos motivos pelos quais se encontra em seu código o uso de termos consagrados na área de tradução, como fidelidade, por mais que este sofra inúmeros questionamentos e variações em sua definição. Esta associação, no entanto, disponibiliza em seu site um comentário ao código de ética que procura esmiuçar os oito tópicos. Apresentamos abaixo o artigo 1º e correspondente comentário tal qual encontrado no documento da ATA:

#### **American Translators Association Code of Ethics and Professional Practice**

We the members of the American Translators Association accept as our ethical and professional duty

1. to convey meaning between people and cultures faithfully, accurately, and impartially;

Linguistic integrity is at the core of what translators and interpreters do. Faithful, accurate and impartial translation or interpretation conveys the message as the author or speaker intended with the same emotional impact on the audience. Linguistic integrity is not achieved when the target language is rendered word-for-word from the source language. Linguistic integrity implies that nothing is added or omitted in the target message.

- At the simplest level, a proficient translator or interpreter faced with an expression like “blind as a bat” will use an idiom that conveys the same meaning, register, and impact rather than render it word-for-word.
- Culturally specific terms, such as judicial proceedings that do not exist in the target country cannot be expanded to include a long-winded explanation of it; nor can they be omitted altogether. The translator or interpreter must come up with an appropriate term given the nature and purpose of the document or proceeding.
- Sometimes a footnote or note to the client is the best solution to an unresolvable term.

**Impartial translation and interpreting requires the translator or interpreter to adopt a mantle of neutrality.**

- In most cases it is not appropriate for a translator or interpreter to overlay American gender-neutral language on a language that is by nature patriarchal.
- It would also be inappropriate to “clean up” objectionable language in the target language.

(Disponível em: [http://www.atanet.org/membership/code\\_of\\_ethics.php](http://www.atanet.org/membership/code_of_ethics.php), grifo do autor)

Percebemos no trecho grifado a maneira como a ideia de neutralidade foi incorporada à prática profissional. Ela é definida como um “manto de neutralidade” a ser adotado pelo intérprete ou tradutor. Diferentemente dos outros códigos citados, a ATA procura até mesmo oferecer, em seus comentários, exemplos do que poderiam ser situações nas quais se aplica o artigo em questão. Não é do escopo deste trabalho analisar o conteúdo dos códigos de ética, mas sim considerá-los como evidência, ou não, da institucionalização de uma postura de neutralidade exigida do profissional e verificar de que maneira esta se apresenta, ou é sugerida. Como já mencionado anteriormente, acreditamos que o termo *neutralidade*, ao ser usado no âmbito da profissão de intérprete, não implica uma anulação total do profissional como portador de suas próprias crenças e pressupostos, mas sugere que se utilize a neutralidade como um ideal, por mais inatingível que seja, auxiliando o intérprete e o tradutor a selecionar

com mais rigor e cuidado as interferências inevitáveis que deverá sofrer o texto fonte ao ser traduzido. Em todo caso, pode-se verificar, especialmente nos dois últimos exemplos, como o conceito está presente no meio profissional e como é cobrado daqueles que pretendem ser afiliados a uma associação ou grupo de classe. Nos casos da AIIC e da APIC, vimos que neutralidade e imparcialidade não constam do código de ética de ambas as associações, contudo, no início deste trabalho temos a evidência de sua presença na página de abertura do site da AIIC, apresentado como um valor, ao lado do termo *passion*, também atribuído à atividade do bom intérprete. Essa inclusão reflete a presença do conceito no ideário da classe profissional, o que também pode ser constatado em conversas com associados tanto da AIIC quanto da APIC. Essa última, por ter-se constituído nos moldes da primeira, compartilha, de maneira geral, dos mesmos valores.

### **3. Apresentação e discussão de casos**

Este capítulo é dedicado à apresentação de casos que ilustram como a atuação do intérprete pode ser observada no jogo de poderes presentes em determinadas situações.

Os casos selecionados são oriundos da literatura acadêmica e da mídia impressa ou eletrônica. Assim, podemos ter uma amostra não só de como o tema do poder é abordado pela academia, mas também de como é retratado quando a interpretação é alvo do interesse midiático.

Dois pontos devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, a atuação dos intérpretes é bem diferente em cada caso relatado, com níveis de intervenção que variam bastante, desde algo mais brando até situações extremas, o que ilustra o poder do intérprete em suas diversas manifestações. Em segundo lugar, é importante ter em mente que, em relação aos casos recolhidos na imprensa, contamos apenas com a visão que a mídia oferece sobre o ocorrido, não tendo sido consultados os intérpretes envolvidos, que poderiam, por exemplo, oferecer outra versão dos fatos. Ainda assim, os dados apresentados são válidos, se encarados como um recorte da realidade que reflete a visão formada pelos profissionais da imprensa no que diz respeito à interpretação, e nos permitem também perceber o uso que o jornalismo faz de tais situações para retratar contextos que ultrapassam a mera atuação do intérprete, especialmente quando há um elemento político evidente na situação referida. Devemos ainda lembrar que, em grande parte, a opinião pública é informada pelo material publicado pela imprensa em seus cada vez mais variados veículos, o que torna importante o desenvolvimento de uma leitura crítica daquilo que é difundido pela mídia em geral.

#### **3.1. Antiguidade: os dragomanos**

A história está repleta de casos interessantes nos quais a atuação de intérpretes e tradutores foi importante e, muitas vezes, determinante.

O primeiro caso aqui abordado, baseia-se nos trabalhos de Bellos (2011a) e Lewis (2004).

Nas páginas 126 a 128 de seu livro, Bellos (2011a) expõe o ambiente de tradução e interpretação que predominava no antigo Império Otomano, já brevemente mencionado na introdução deste trabalho. Devido à expansão imperial, a necessidade de

comunicação entre povos com idiomas diferentes se impôs. Entre inúmeros intérpretes e tradutores desconhecidos, despontavam aqueles que desempenhavam funções na diplomacia da época, servindo de intermediários entre autoridades de distintas origens. Estes eram conhecidos como dragomanos e chegaram a formar uma rede de intérpretes/tradutores de transmissão hereditária, como era costume naquele tempo (BELLOS, 2011a).

Na complexa estrutura de poderes do antigo Império Otomano o sistema de interpretação tampouco era simples. O governo local utilizava os serviços de um grupo específico de intérpretes súditos do Império, enquanto as embaixadas e consulados estrangeiros obtinham o mesmo serviço de outro grupo de intérpretes de menor prestígio aos olhos das autoridades locais. Esses “grupos” chegaram a formar verdadeiras dinastias de intérpretes e tradutores a serviço de um ou outro lado, Império Otomano ou autoridades estrangeiras (LEWIS, 2004).

Uma profunda diferença cultural permeava essas relações, e com frequência os ocidentais relatavam como grande parte do material traduzido não passava de invenções dos intérpretes. Isso porque, na tradição oral da região, longos trechos de fala eram dedicados a fórmulas de cortesia envolvendo demonstrações de respeito e subserviência aos representantes orientais (BELLOS, 2011a). Mais do que isso, os intérpretes locais, mesmo não trabalhando oficialmente para a corte, conheciam muito bem seu funcionamento e sabiam o risco que corriam se desagradassem alguma autoridade imperial, o que seria muito mais grave do que desagradar um visitante ocasional, ou uma autoridade estrangeira.

Segundo Lewis (2004), desde o princípio documentos diplomáticos britânicos incluem reclamações quanto ao serviço prestado pelos intérpretes de turco, o idioma falado no Império. Muitos mencionam o fato de que mensagens desagradáveis às autoridades otomanas eram veiculadas de maneira mais branda. Contudo, a principal reclamação estava relacionada à lealdade dos intérpretes e tradutores, que eram capazes de vender informações e segredos aos quais tinham acesso para quem pagasse o maior valor. A maioria dos intérpretes de embaixadas estrangeiras fazia parte de um mesmo grupo identitário de dragomanos e era comum que trocassem informações entre si.

Outra acusação frequente e comprovada pela documentação histórica é que os intérpretes “tinham medo – medo demais para realizar seu trabalho adequadamente” (Lewis, 2004, p. 25), pois eram súditos do sultão, sem nenhum prestígio ou imunidade, não sendo tampouco originários da Europa ocidental e, portanto, não contando com o

apoio das embaixadas estrangeiras. Lewis oferece um exemplo de petição escrita por um dragomano a um oficial do exército turco que ilustra o tipo de linguagem utilizada nas comunicações entre intérpretes locais e autoridades otomanas, deixando claro o motivo de preocupação das autoridades estrangeiras com a transmissão de mensagens oficiais por esse meio. O trecho abaixo foi retirado pelo autor dos *National Archives* britânicos e optei por mantê-lo em inglês, pois sua complexidade pode muito bem ser apreciada sem o recurso de mais uma tradução:

This is the petition of the dragoman to the Aga of the janissaries: Having bowed my head in submission, and rubbed my slavish brow in utter humility and complete abjection and supplication to the beneficent dust beneath the feet of my mighty, gracious, condescending, compassionate, merciful benefactor, my most generous and open-handed master, I pray that the peerless and almighty provider of remedies may bless your lofty person, the extremity of benefit, protect my benefactor from the vicissitudes and afflictions of time, prolong the days of his life, his might and his splendour and perpetuate the shadow of his pity and mercy upon this slave. (LEWIS, 2004, p. 26)

Aos olhos das autoridades imperiais, os intérpretes já eram suspeitos pelo simples fato de trabalharem para uma embaixada estrangeira. Para os dragomanos, “adicionar alguns parágrafos de devoção eterna não era má tradução. Era um seguro de vida” (BELLOS, 2011a, p. 128).

O exemplo dos dragomanos permite-nos observar questões ideológicas e de poder pelo viés da *fidelidade*, que era de suma importância para os intérpretes otomanos, mas não no mesmo sentido que predomina no senso comum, de fidelidade ao texto fonte. Os dragomanos precisavam provar que eram fiéis ao sultão, ou à autoridade local com a qual estivessem interagindo (BELLOS, 2011a).

Da mesma maneira, podemos examinar este caso tomando por base a *confiança*, associada por Bellos (2011a) à força de uma elocução. Se essa força está intimamente ligada à identidade do falante, não pode, portanto, ser transmitida por outro falante que não o original. Segundo o autor, essa regra fundamental deve ser suspensa para que possa existir a interpretação, pois exige que o ouvinte considere as palavras do intérprete como tendo sido ditas pelo falante de um idioma estrangeiro. Por isso, ainda de acordo com Bellos, a tradução oral, em um mundo sem escrita, baseia-se numa ficção. Diz ele:

O primeiro grande avanço na história da tradução deve ter ocorrido quando duas comunidades chegaram a um acordo de que a elocução do tradutor deveria ser tomada



como tendo a mesma força da elocução imediatamente anterior do principal. (BELLOS, 2011a, p. 121)

Ou seja, para que a cena da interpretação se estabeleça é preciso que exista um acordo tácito e uma confiança de que a mensagem original não será perdida ou manipulada no processo. Nessa configuração, estabelecem-se relações de poder momentâneas que configuram o agir de cada participante da cena.

Para Bellos,

a confiança nunca é conferida sem reservas. Para que sejam conduzidas negociações entre duas comunidades que falem idiomas mutuamente incompreensíveis, o usuário de interpretação fica nas mãos do intérprete, assim como o intérprete serve apenas um mestre e está a ele submetido. Uma situação fadada a gerar ansiedade, suspeita e desconfiança (BELLOS, 2011a, p. 122).

Mesmo hoje em dia, o medo de um desempenho imperfeito ou enganoso por parte do intérprete afeta os protocolos de reuniões privadas entre chefes de estado. Além disso, devido a questões de soberania que permeiam as relações políticas internacionais, um chefe de estado costuma se dirigir a outro no idioma de seu país, enfatizando a ideia de que seu idioma não é menos importante do que outros.

Cada lado traz seu próprio intérprete. Quando o primeiro-ministro britânico tem uma conversa privada com o presidente francês, a pessoa contratada pelo governo de Sua Majestade fala em francês em nome do primeiro ministro e, da mesma forma, o intérprete francês responde com as palavras do presidente em inglês. Essa tradução oral de discursos em duas vias, do idioma materno para um idioma estrangeiro, é raramente vista em público. Esse tipo de arranjo remete diretamente à questão da confiança na interpretação. (BELLOS, 2011a, p. 122)

Nesse contexto específico, fica evidenciada a importância das relações implícitas estabelecidas entre os participantes da situação interpretada. É de acordo com essa rede invisível de forças que o discurso é pensado e transmitido, pois cada palavra tem repercussões que vão além do instante de sua elocução.

Diferenciais de cultura, expectativa dos interlocutores, comprometimento cultural e ideológico do intérprete e até mesmo o medo, na forma de possíveis ameaças à integridade física, são todos elementos a serem considerados.

Se pensarmos do nível mais individual ao mais geral, vemos como decisões tomadas por um intérprete que pensa basicamente em se preservar e conquistar a estima das autoridades locais afetam diretamente a comunicação entre essas mesmas

autoridades e os representantes de outros países, ou territórios. Dessa forma, aquela decisão de cunho pessoal acaba por moldar o relacionamento político e comercial entre as instâncias nacionais, perpetuando ao mesmo tempo a cadeia de hierarquias local e internacional, ao limitar sua expressão e fixar seus limites.

Nessa visão de uma teia de relações de força, a submissão ao poder central local leva o elo aparentemente mais frágil da cadeia, o intérprete, a ter uma repercussão significativa na comunicação entre elos em teoria mais fortes, as autoridades de diferentes nações.

Podemos pensar que na época dos dragomanos as relações de poder eram mais explícitas, ou ao menos o eram as ameaças que pairavam sobre os “infiéis”, contudo, mesmo hoje em dia ainda se pode encontrar esse tipo de encadeamento cíclico que perpetua poderes institucionais, do nível mais local ao menos local.

É o caso das situações de interpretação em audiências de solicitação de asilo político, nas quais o candidato é submetido a uma entrevista durante a qual será avaliada a pertinência de seu pedido, como será apresentado a seguir.

### **3.2. Interpretação comunitária: asilo político**

Tradução e interpretação na comunicação mundial desempenham papel chave em situações tornadas ainda mais numerosas pela globalização atual. Um exemplo típico e, talvez, extremo, é o contexto de asilo político. Robert Barsky (1996) e outros autores investigaram as pressões e restrições institucionais que cerceiam o discurso tanto dos agentes de imigração quanto daqueles que solicitam asilo político (apud INGHILLERI, 2009, p. 11)<sup>8</sup>. A pesquisa de Barsky utilizou arquivos de audiências de *Convention Refugees* canadenses, examinando de que forma restrições tanto institucionais quanto discursivas afetavam a capacidade de solicitantes e de agentes de imigração de chegar a um entendimento mais nuançado em termos culturais. Para Inghilleri (2009) a pesquisa de Barsky sugere que “os solicitantes de asilo estavam sobrecarregados pela tarefa de projetar uma imagem pessoal através de suas narrativas que coincidissem com as expectativas das autoridades de imigração” (p. 11). Resulta dessa constatação a sugestão oferecida por Barsky de encorajar os intérpretes a agir

---

<sup>8</sup> BARSKY, R. F. The Interpreter as Intercultural Agent in Convention Refugee Hearings. **The Translator**. Vol. 2, n. 1, 1996. p. 45-63.

como “agentes interculturais e intermediários ativos entre os solicitantes e o serviço de imigração para compensar as lacunas tanto culturais quanto linguísticas na compreensão” (INGHILLERI, 2009, p. 11).

O mesmo contexto é explorado, como relata Inghilleri (2009), por Blommaert (2001)<sup>9</sup> e Maryns (2006)<sup>10</sup>, numa abordagem sociolinguística, verificando como a especificidade do discurso dos requerentes de asilo era, por assim dizer, anulada por um “arcabouço institucional generalizável” (INGHILLERI, 2009, p. 11), no qual ficava negada a possibilidade de relatos culturalmente localizados, mais personalizados, por parte dos requerentes.

Percebemos aqui o reconhecimento de limitações no estabelecimento da comunicação entre idiomas e culturas diferentes, o que leva a uma extrapolação do papel do intérprete – que de mediador linguístico passaria a agir, caso atendida a sugestão de Barsky (1996), como agente social ativo com atribuições outras que não a pura e simples tradução linguística, nos moldes do que ocorria na antiguidade, quando se chegou a falar de “intérpretes diplomatas”, com atribuições outras que não as de caráter exclusivamente linguístico.

Mesmo sem aceitar essa nova incumbência, os intérpretes já são, nessa pesquisa, vistos como profissionais que desempenham “um papel na institucionalização de narrativas culturalmente específicas, localmente derivadas” (INGHILLERI, 2009, p.11), pois, através de seu trabalho, contribuem para a construção de narrativas dos solicitantes de asilo que estão de acordo com o paradigma do contexto burocrático no qual são avaliados.

O exemplo é ainda mais contundente quando se esclarece que, no caso de refugiados kosovares, os intérpretes, também originários do Kosovo, recebiam a função de “avaliar a credibilidade do pedido de um solicitante, distinguindo falantes da variante gheg do albanês falado no Kosovo daquele falado no norte da Albânia” (INGHILLERI, 2009, p. 11), para que nenhum albanês não kosovar passasse despercebido pelo serviço de concessão de asilo. Daí a conclusão da pesquisa de que “o papel dos intérpretes foi transformado no de detetives de comunicação” (p. 11).

---

<sup>9</sup> BLOMMAERT, J. Investigating Narrative Inequality: African Asylum Seekers’ Stories in Belgium. **Discourse and Society**. Vol. 12, n. 4, p. 413-49.

<sup>10</sup> MARYNS, K. **The Asylum Speaker: Language in the Belgian Asylum Procedure**. Manchester: St. Jerome, 2006.

Fazendo uma relação com os já mencionados dragomanos do Império Otomano, para os quais a fidelidade às autoridades locais era mais importante do que a fidelidade ao texto fonte, temos duas situações muito distintas, mas que guardam, contudo, semelhanças. Em ambas, a posição assumida pelos intérpretes em determinado contexto de forças os leva a uma produção discursiva que não desafia a autoridade local instituída, mas reforça-a — mesmo que de maneira nem sempre consciente no caso dos funcionários do departamento de *Convention Refugees* — a partir do momento em que os intérpretes constroem sua identidade profissional no interior de uma identidade institucional que os ultrapassa e assimila. Essa mesma identidade institucional também assimila o discurso do solicitante de asilo, despersonalizando-o e encaixando sua fala nos moldes dos mecanismos burocráticos governamentais.

Por outro lado, poderíamos também considerar que o posicionamento dos intérpretes é por si só uma escolha que reforça a instituição para a qual trabalham, numa construção mútua. Não se pode negar ao intérprete sua capacidade de escolher, ele não é uma massa amorfa que será moldada de acordo com cada contexto em que atue. Sendo assim, na busca natural pela inserção em um contexto profissional, nada impede que o intérprete se identifique com o discurso institucional do qual passa a ser uma peça chave, pois também precisa dele e, dessa forma, acolhe-o em seu funcionamento sistêmico. Uma relação de simbiose seria talvez o apropriado para descrever o que se passa em muitos desses casos. Além disso, a identificação com o discurso institucional serve a um propósito: para uns, proteção contra os excessos de um governo autoritário, para outros, quem sabe, garantia de que haverá mais trabalho no futuro, de que fazem parte da identidade da pátria que os acolheu, de que falam a mesma língua daqueles que, em determinada situação, detêm algum tipo de poder.

O caso das entrevistas de concessão de asilo também traz à tona algo que se tornou em muitos países uma prática “oficialmente sancionada”, ou seja, a de utilizar intérpretes “na condução de identificação linguística para determinar a nacionalidade dos solicitantes de asilo” (INGHILLERI, 2009, p. 11), prática que se opõe ao processo de construção de confiança mencionado por Bellos (2011a), visto que elimina completamente a presunção de imparcialidade e fere o código de conduta profissional de qualquer associação de intérpretes, demonstrando assim o uso abertamente ideológico/político da mediação, seja ela interpretação ou tradução. Na citação apresentada abaixo, pode-se ver a recomendação de que o intérprete não exerça nenhuma outra função que não a de intérprete de conferências, nos eventos em que atue

como tal, no caso da AIIC, e de que seu trabalho seja exercido de maneira imparcial e não tendenciosa, não permitindo que opiniões pessoais interfiram em seu dever profissional, como encontrado no código de ética de uma empresa privada de serviços de interpretação:

**Código de Ética Profissional da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência:**

*Article 7*

With a view to ensuring the best quality interpretation, members of the Association:

h) **shall not perform any other duties except that of conference interpreter** at conferences for which they have been taken on as interpreters.

(Disponível em: <http://aiic.net/page/54>. Grifo nosso)

**Código de ética de uma empresa privada que oferece serviços de interpretação:**

**IMPARTIALITY** The interpreter shall be **impartial** and **unbiased** and shall refrain from conduct that may give an appearance of bias. **He/she shall not allow personal opinions to interfere with his/her duties** nor add unsolicited comments or make recommendations except to assist communication.

(Disponível em: <http://aiic.net/page/54>. Grifo nosso)

Segundo Inghilleri (2009), é preciso levar em conta que as entrevistas de solicitação de asilo costumam ocorrer “dentro de um clima de políticas nacionais e internacionais de exclusão que restringem de maneira significativa o direito de refugiados e solicitantes de asilo a serem adequadamente ouvidos” (p. 12). Por outro lado, a observação da estrutura de tais entrevistas revela o papel central que a interpretação e a tradução desempenham quando se pretende ampliar os direitos dos solicitantes a participar de um diálogo pela melhoria das políticas globais de asilo por meio do “desenvolvimento de concepções expandidas dos direitos humanos e normas transnacionais” (p. 12) que contribuam para esse fim.

### 3.3. O intérprete do presidente Lula

Foi exatamente baseado na confiança, cultivada em dezessete anos de convívio e militância, que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva nomeou seu intérprete oficial durante seus mandatos.

De maneira inédita no país, o presidente passava a ter um único intérprete a seu lado, ao invés de recorrer ao corpo de intérpretes do Itamaraty, assegurando-se, assim, de que aquele que traduziria suas palavras em outros idiomas e que seria seu ouvido para línguas estrangeiras o conhecesse bem.

A relação entre o então presidente Lula e seu intérprete ilustra aquilo que David Bellos (2011a) expressou ao relatar o encontro entre o primeiro-ministro britânico e o presidente da França, só que de maneira mais ampla, não se limitando às reuniões bilaterais mencionadas acima.

Devido a essa relação tão particular, e ao fato notório de que Lula não era fluente em outros idiomas além do português, a mídia, presente em muitas das situações nas quais o presidente recorria à interpretação, passou a se interessar pela atuação do intérprete. Esse interesse era ainda mais aguçado pelo hábito que o presidente tinha de improvisar em suas falas e discursos oficiais, fugindo à regra de ater-se ao discurso aprovado pelo Itamaraty e, muitas vezes, colocando o intérprete em situações inesperadas. Em matéria publicada na edição eletrônica 2067 da revista *Isto É – Independente*, de 24 de junho de 2009, lemos que um dos maiores desafios do intérprete era “ser fiel às expressões e piadas usadas por Lula” (SEQUEIRA, 2009).

Contudo, o que mais interessava à mídia eram situações nas quais o jogo das palavras poderia comprometer as relações entre nações. Um desses casos se deu durante a visita de Lula a Windhoek, na Namíbia, quando declarou, logo ao desembarcar, que quem chegava à cidade nem parecia estar na África porque “poucas cidades do mundo eram tão limpas, tão bonitas” (SEQUEIRA, 2009).

A imprensa brasileira destacou a fala do presidente caracterizando-a como uma gafe, mas também chamou a atenção para a atuação do intérprete, que, segundo os jornalistas, não traduziu exatamente as palavras de Lula, mas ganhou tempo e, em seguida, reformulou a frase de maneira a omitir a ideia implícita de que a expectativa de quem chega à África é de encontrar um local sujo e feio. O artigo da *Isto É – Independente* conclui dizendo que o intérprete “mostrou que seu papel, hoje, é muito mais importante do que aparenta. É, às vezes, diplomático” (SEQUEIRA, 2009).

O mais interessante para nós é que o próprio intérprete, ao ser entrevistado, defendeu a ideia de que é preciso ser “neutro para inspirar confiabilidade”, mas afirmou também, em entrevista concedida à colega Tereza Braga, da American Translators Association (ATA), em 2004, que “num regime de esquerda, seja em países orientais,

seja em ocidentais, o intérprete oficial faz certas censuras, ou poderíamos dizer aparos, durante seu trabalho" (SEQUEIRA, 2009).

Voltamos à oposição expressa na epígrafe deste trabalho. Para agir de maneira profissional, o intérprete precisa aparentar neutralidade. No entanto, mais especialmente no caso de um intérprete que também é assessor da presidência, suas ações ultrapassam a mera tradução linguística – que em si já seria permeada de escolhas de cunho ideológico e cultural – e ele pode vir a atuar de forma deliberada na recriação da fala original, consciente que está das repercussões possíveis daquilo que é dito.

Não admira o presidente Lula ter escolhido alguém que já o conhecia de perto há 17 anos e que estava familiarizado com seu ideário político, pois a atuação como assessor/intérprete inclui exigências que ultrapassam a definição moderna do papel do profissional de interpretação.

Nesse caso específico, a interferência direta do intérprete aparenta ser não somente conhecida daquele que o contratou, como aceita e desejável. Isso não reflete o que normalmente ocorre no mercado, mas tende a se aplicar a contextos similares, onde um acordo prévio estabelece regras particulares de conduta profissional.

Parece-nos também que essa espécie de variação no papel desempenhado pelo intérprete é fruto de certa indefinição dos limites de sua atuação, sujeita às exigências de cada caso.

O episódio de Windhoek pode ser também observado tomando-se por base o olhar de Lenita Esteves e seu artigo “Da tradução como amortecimento” (2009), no qual relata situações em que intérpretes amortecem a força ou impacto daquilo que é dito para evitar a possibilidade de um choque. Em tais situações, segundo a autora, “uma tradução adequada seria aquela que não agitasse ou estimulasse sentimentos de intolerância que pudessem levar a algum resultado violento” (p. 1), referindo-se a contextos de possível conflito bélico, mas que também pode se aplicar a casos de diplomacia e relações exteriores como o mencionado acima.

Não devemos esquecer, tampouco, que em qualquer situação está sempre em jogo “o status profissional do tradutor, que, além de tentar não agravar uma situação tensa, está sendo julgado por sua competência, imparcialidade, neutralidade e honestidade” (ESTEVES, 2009, p. 1), numa aparente contradição, pois ao mesmo tempo em que é bem-vinda a nuance aplicada pelo tradutor/intérprete, está em jogo sua capacidade de, como afirma Esteves, ser competente, neutro, imparcial e honesto. A

própria autora pergunta-se, em seu artigo, “o que realmente significa ser ‘neutro’ nessas situações de conflito” (p. 1).

Lembramos que ela aborda casos extremos, “nos quais a intervenção do tradutor, intérprete ou mediador é bem-vinda e até mesmo esperada, já que poderá evitar um dano maior” (ESTEVEVES, 2009, p. 4). Contudo, suas reflexões, assim como as dos autores mencionados em seu artigo, são muito úteis para a discussão que propomos, pois lidam com a mesma tensão entre imparcialidade, neutralidade e profissionalismo, por um lado, e agentividade do intérprete/tradutor, por outro. Nos casos explorados por Esteves, a agentividade se manifesta nas intervenções intencionais que têm por objetivo suavizar o impacto de determinadas declarações, consideradas dentro de um contexto mais amplo do qual a tradução e a interpretação fazem parte: “um contexto (...) que envolve grandes poderes políticos, diferentes culturas e o crescente efeito dos meios de comunicação de massa sobre as relações internacionais” (p. 8), o que é perfeitamente aplicável à visita do presidente Lula à Namíbia.

Tivesse o intérprete de Lula optado por simplesmente traduzir as palavras do presidente brasileiro sem fazer qualquer “aparo”, o resultado certamente não desencadearia nenhuma guerra, mas muito provavelmente geraria um desconforto diplomático não somente entre duas nações, Brasil e Namíbia, mas entre uma nação, o Brasil, e um continente, a África, ao qual o presidente Lula fez menção. Contudo, interessa-nos aqui não o conteúdo da fala presidencial em si, nem sua repercussão, mas sim o posicionamento do intérprete diante da situação que se apresentou, posicionamento que este sustentou, em entrevista mencionada acima, como sendo adequado à atuação de um intérprete oficial em regimes de esquerda. Talvez, como concluiu a reportagem da revista *Isto É - Independente*, trate-se na verdade de uma vertente diplomática da função do intérprete que é, ao mesmo tempo, assessor da presidência, e podemos nos perguntar se tal comportamento não seria comum em qualquer regime, não somente os de esquerda, dada a expectativa depositada pelo chefe de estado no trabalho do intérprete-assessor.

Outro ponto interessante está ligado à afirmação de que existe um “crescente efeito dos meios de comunicação de massa sobre as relações internacionais” (ESTEVEVES, 2009, p. 8), como já mencionado acima. Ebru Diriker (2003), em artigo consagrado ao registro da interpretação na mídia, observou como a leitura que os meios de comunicação fazem da atividade do intérprete difere de maneira significativa da visão que este tem de sua profissão. Enquanto a mídia em geral coloca ênfase em uma



suposta “fidelidade absoluta à palavra e até mesmo à letra do discurso original, intérpretes profissionais salientam a predominância da lealdade ao sentido” (p. 241), sugerindo a necessária existência de uma interpretação do original que denota o envolvimento subjetivo do intérprete, como intermediário, na transmissão do discurso. Os mesmos intérpretes, contudo, não hesitam em retomar uma visão mais convencional ao descrever a atividade de interpretação simultânea, salientando que “sua interpretação da mensagem original sempre coincide com o significado contido no original e nunca implica em desvio ou intervenção” (DIRIKER, 2003, p. 241).

Tais declarações colocam em perspectiva a abordagem que a imprensa fez dos acontecimentos em torno do intérprete do presidente Lula, pois nos ajudam a perceber o olhar através do qual os fatos eram registrados, assim como a importância relativa que assume qualquer desvio do discurso fonte no ato de interpretar.

Ao mesmo tempo, as constatações de Diriker (2003) nos levam a crer que existe uma margem significativa de subjetividade na avaliação que os intérpretes fazem de sua própria atuação, no que diz respeito à fidelidade ao sentido do original, ajudando-nos também a perceber o dilema que pode se fazer presente em momentos de conflito ou desequilíbrio de forças, nos quais muitas vezes intervenções deliberadas de amortecimento, para usar o termo de Esteves, são usadas como recurso para evitar repercussões potencialmente negativas. Até que ponto, em tais casos, o intérprete estaria respeitando o sentido do original? Ou será que a fidelidade ao original não se aplica então a todos os casos? Como determinar a partir de que momento a fidelidade muda de objeto? Estas são perguntas que suscitam os exemplos apresentados por Esteves (2009), para quem “a tradução é uma dessas iniciativas ativas que podem ter diversas consequências, e ao tradutor cabe ponderá-las” (p.11).

Cabe aqui ressaltar a importância do conceito de fidelidade nas diversas atuações de intérpretes discutidas neste trabalho. Em todos os casos, o intérprete parece ter sido fiel a algo, mas em cada exemplo sua fidelidade se dirige a um objeto diferente: o governante local; o discurso institucional; o presidente. O que pretendo deixar claro é que nem sempre a fidelidade à palavra ou ao sentido do discurso fonte é prioritária ou é única. Dependendo da situação, parece que outro tipo de fidelidade passa a interferir diretamente na interpretação.

Como veremos a seguir, muitas vezes a ponderação do tradutor/intérprete o impele a tomar atitudes mais extremas, rompendo com o escopo tradicional de sua função.

### 3.4. Um caso de interpretação em língua de sinais na Ucrânia

Em outro exemplo de interpretação para a presidência encontramos um cenário oposto ao anterior. Aqui, não havia uma relação pré-existente entre a intérprete de língua de sinais e o recém-eleito presidente da Ucrânia.

A intérprete, a serviço do canal de televisão estatal UT-1, foi designada para interpretar em língua de sinais o discurso de posse do presidente eleito Viktor Yanukovych. Contudo, existiam muitos indícios de que as eleições haviam sido fraudulentas e a intérprete, assim como outros cidadãos ucranianos, estava insatisfeita com o desenrolar dos fatos.

Numa atitude coerente com suas convicções pessoais e políticas, Dmitruk resolveu não reproduzir em língua de sinais as palavras de Yanukovych, transmitindo, ao invés disso, a mensagem de que Yushchenko era o presidente eleito de fato pelo voto popular.

Yushchenko é nosso presidente. Não acreditem no Comitê Eleitoral Central. Eles estão mentindo. (ZARAKHOVICH, 2005)

Um público de estimados cem mil portadores de deficiência auditiva recebeu a notícia, assim como jornalistas da rede de TV estatal, que aderiram ao movimento em prol da verdade. De maneira inédita no país, a iniciativa da intérprete de língua de sinais permitiu que toda a nação soubesse quem havia sido o presidente verdadeiramente eleito, tendo este seu direito restituído, e, no dia de seu discurso de posse, Viktor Yuschenko pediu ao canal UT-1 que Dmitruk fosse responsável pela interpretação em língua de sinais.

Mais tarde, a intérprete foi parabenizada por sua coragem durante um encontro em prol dos direitos humanos realizado nos Estados Unidos e para o qual foi convidada. Ao lhe perguntarem se faria tudo novamente, respondeu:

“Se eu o faria de novo? Não, nunca”, diz Dmitruk, admitindo que, **apesar de moralmente justificado, o que fez foi uma violação das políticas da empresa.** “Se lamento ter feito o que fiz? Nem um pouco, nem lamentarei jamais. Valeu a pena.” (ZARAKHOVICH, 2005. Grifo nosso)

Como vemos no caso de Dmitruk, sua interferência direta no discurso original não era prevista. Como ela própria admitiu, seu gesto foi além das prerrogativas de sua função como intérprete.

Neste caso, a ética profissional deu lugar a uma *ética da responsabilidade*, semelhante à mencionada por Maria Clara C. de Oliveira (2008), uma ética que se aplica à ação política, mas que pode permear outras instâncias da vida, pois está relacionada às convicções político-ideológicas de cada um, que não podem ser separadas, por exemplo, da atuação profissional. O que ocorre é que essas convicções, em benefício da tão desejada imparcialidade, são normalmente deixadas de lado, temporariamente suprimidas, mas não eliminadas por completo.

Deparada com uma situação na qual suas convicções foram colocadas à prova, Dmitruk fez uma opção, uma opção política, consciente de que estava desrespeitando as normas da profissão. Evidentemente, trata-se de um caso excepcional, mas que nos lembra do quanto o intérprete está informado por seus próprios valores e possui a necessária independência para aplicá-los da maneira que julgar mais adequada.

Retomando a noção de fidelidade, podemos dizer que a intérprete de língua de sinais foi fiel a seus próprios valores, à sua nação ou povo. Como já mencionado anteriormente, diferentes tipos de fidelidade parecem se manifestar durante a atuação do intérprete, no entanto, no caso de Dmitruk, um tipo se impôs em detrimento dos outros, resultando no abandono do discurso fonte e na veiculação de outra mensagem que expressava apenas suas próprias convicções.

O caso ucraniano é também um exemplo da importância de se deter e controlar o discurso como expressão de poder. Podemos pensar no poder simbólico de Bourdieu (2003), no qual as palavras de ordem têm a origem de sua força na “crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (p. 15), como já mencionado anteriormente neste trabalho. A própria situação de um *discurso de posse* é em si um ritual de validação, de legitimação de poder, do qual o discurso é peça chave. Quando Dmitruk decide desviar-se completamente daquilo que estava sendo dito pelo orador, o presidente supostamente eleito, subverteu os parâmetros deste ritual, questionando diretamente sua validade e o poder com o qual sua principal figura fora investido. O pacto de silêncio e consentimento foi quebrado, o que levou a uma reação popular.

Tudo isso só foi possível porque se tratava de interpretação em língua de sinais, linguagem desconhecida pelo principal envolvido, Yanukovich, que não tinha como

saber o que a intérprete comunicava paralelamente ao seu discurso. Situação que nos remete aos códigos secretos utilizados durante a guerra para veicular mensagens sem que estas fossem compreendidas pelo inimigo. Enfim, a linguagem como um recurso fundamental, um instrumento de ação, uma ação em si mesma que acarreta consequências e possui um valor intrínseco do qual querem se apropriar os agentes do poder em geral.

O próximo caso, mesmo que num contexto bastante diverso, também nos permite pensar sobre a dimensão do discurso e sua apropriação pelo intérprete na qualidade de mediador entre interlocutores distintos, além de nos permitir observar outra maneira de orientar a fidelidade no ato da interpretação.

### 3.5. O intérprete da FUNAI

Em matéria da revista *Veja* de 09 de novembro de 2011 temos o caso de uma equipe de televisão australiana que veio ao Brasil rodar um documentário sobre uma tribo que ainda hoje vive isolada na Amazônia, os suruuarrás.

Para chegar até a aldeia, a equipe de TV entrou em contato com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que cobrou sete mil dólares pela visita – alegando que o dinheiro era para os índios – e designou um intérprete para acompanhá-los.

Durante a visita à aldeia, o único elo de comunicação entre australianos e indígenas era o intérprete indicado pela FUNAI. Foi somente semanas mais tarde, em contato com missionários que prestavam auxílio à tribo, que os jornalistas descobriram que haviam sido enganados. Ao ouvir e ver as gravações, os missionários, capazes de entender a língua dos suruuarrás, revelaram aos perplexos australianos que o intérprete havia omitido uma série de informações passadas pelos índios e ainda aproveitara o ensejo para aterrorizá-los – aos suruuarrás – com uma suposta mensagem de deputados instalados em Brasília.

As omissões do intérprete ocorriam sempre que os índios passavam informações sobre sua cultura que poderiam macular a imagem do “bom selvagem” sustentada pela FUNAI, como, por exemplo, quando falavam sobre a tradição de matar crianças que nascem com problemas físicos congênitos e gêmeos. Toda a atuação do intérprete visava também convencer os australianos de que a tribo estava muito feliz vivendo naquele lugar e naquelas condições.

Essa versão dos fatos fez mais sentido para os jornalistas, que chegaram a desconfiar que algo pudesse estar errado, ao observar os índios pedindo roupas e alimentos e sinalizando que passavam frio, sem que isso fosse traduzido.

Segundo o texto da reportagem da revista *Veja*, não é do interesse da FUNAI que os índios mudem de status, mas sim que permaneçam na selva em condições precárias no que um dos jornalistas australianos chamou de “museu antropológico vivo” (ELER, 2011, p. 98).

Outro fato interessante na matéria é seu título: “O SAP da FUNAI”. Vemos aí uma associação do ato de interpretar ao dispositivo que permite, automaticamente, mudar o idioma de algum programa que assistimos na televisão. É interessante observar a ideia de automatismo associado ao ato de interpretar/traduzir, que surge neste caso em contraste agudo com a postura do intérprete, responsável pela total adulteração da fala original dos suruuarrás.

Discussões políticas à parte – a questão indígena no Brasil está longe de ser um consenso e de encontrar soluções – o fato é que o poder detido pelo intérprete nessa situação era tal, sua agenda política e filiação ideológica tão claras, que sua atuação mal pode ser classificada como interpretação, pois foi uma recriação da realidade em prol de interesses específicos.

Ao contrário da intérprete ucraniana, o intérprete da FUNAI agiu não para revelar uma realidade ignorada pelo povo, mas para preservar os interesses da instituição à qual está vinculado, perpetuando a ocultação de uma realidade. Agiu também a favor da preservação de uma ideologia sustentada pela agência governamental em seu tratamento das questões indígenas no país, procurando exportar uma imagem construída artificialmente e mantida à custa do próprio bem estar da tribo.

Como ocorre em situações nas quais as partes comunicantes não possuem nenhum conhecimento do idioma do outro, a dependência do intérprete era total. Tudo o que era dito pelos suruuarrás era reelaborado pelo intérprete, e o mesmo ocorria quando os australianos tentavam comunicar algo aos indígenas.

Se retomarmos aquilo que disse Foucault (2011), em sua visão de uma sociedade na qual o discurso é controlado e exerce um papel central em mecanismos de exclusão e de interdição, temos então um exemplo contundente de exclusão por meio da impossibilidade de comunicação, como se a fala dos suruuarrás tivesse sido silenciada, seu direito de expressão negado. Como diz Foucault (2011):

[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apropriar. (FOUCAULT, 2011, p. 10)

O discurso é fundamental. A impossibilidade de usá-lo adequadamente representa, no caso dos suruuarrás, um aprisionamento na condição imposta por aquele que detém o poder do discurso, seja este o intérprete, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), ou o governo federal.

A fidelidade do intérprete, neste caso, não foi nem às palavras, nem ao sentido do que era dito. Também não foi ele fiel a seus contratantes, os jornalistas australianos. Sua fidelidade foi à FUNAI, que o indicou, e, muito provavelmente, aos benefícios obtidos na relação com esta.

Saber onde o intérprete colocará sua fidelidade é praticamente impossível. É preciso acreditar que ele ou ela agirá de maneira profissional e de acordo com as normas, por exemplo, de associações de classe, respeitando o máximo possível o conteúdo do original. Mas o que ocorre quando é preciso recorrer a intérpretes não profissionais?

No caso que acaba de ser apresentado, a mensagem dos suruuarrás só chegava aos ouvidos dos australianos — ou aos leitores de *Veja* — por meio de dois possíveis veículos: o intérprete da FUNAI e os missionários cristãos. Por mais que os próprios jornalistas tenham, de alguma forma, percebido a pertinência daquilo que lhes foi transmitido pelos religiosos, é preciso lembrar que nenhum dos participantes desse episódio agiu de maneira profissional. O primeiro, apesar de se apresentar como intérprete, parece ter adulterado completamente a fala dos indígenas, pelos supostos motivos já mencionados, indo contra tudo o que é pregado pelas associações profissionais. Os segundos, por sua vez, além de não serem intérpretes e não se apresentarem como tais, não poderiam ser considerados isentos, na medida em que seu objetivo maior está ligado ao papel de missionários que exercem. Como veremos no caso a seguir, depender de pessoas sem qualificação profissional para a realização de uma interpretação/tradução não é uma circunstância tão improvável quanto pode parecer.

### 3.6. Interpretação em fula no caso DSK

O tipo de situação vivido pelos jornalistas australianos pode muito facilmente ocorrer quando os dois idiomas em interação são mutuamente incompreensíveis e, portanto, quando a dependência no intérprete é extrema.

Outra matéria recente, publicada no *Wall Street Journal* e assinada por David Bellos (2011b), relata a dificuldade que a procuradoria do distrito de Nova Iorque teve em encontrar um intérprete de fula, língua falada por um grupo étnico de países da África Ocidental e usada numa conversa telefônica que havia sido gravada e integrava as provas do processo de acusação de Dominique Strauss Khan (DSK). Tratava-se de uma conversa entre Nafissatou Diallo — que acusava DSK de tê-la violado, num processo extremamente midiaticizado — e uma amiga sua do Arizona.

A procuradoria de Nova Iorque precisou de semanas somente para identificar de que idioma se tratava. Em seguida, teve grande dificuldade em encontrar um intérprete qualificado para decifrar o telefonema. Acabou tendo que se contentar com um falante de fula sem nenhum vínculo formal com a atividade de tradutor ou de intérprete, a despeito das rigorosas normas profissionais exigidas pela corte de Nova Iorque.

O autor do artigo menciona ainda um fato que considerou cômico. Em determinado momento, o advogado de defesa alegou que havia um erro na tradução do telefonema. Como poderia ele estar seguro disso se também dependeu totalmente de um intérprete não profissional?

A completa incomunicabilidade entre os falantes de inglês e de fula tornou o papel dos intérpretes ainda mais fundamental e crítico para o desenrolar dos procedimentos jurídicos, mas o fato de estes não serem profissionais certificados fez com que sua credibilidade fosse colocada em questão e transformou a situação numa conversa de surdos.

A relevância da interpretação nesse caso vem à tona com muita clareza. Assim como no caso dos surruarrás, o poder de transmitir a mensagem estava totalmente nas mãos dos intérpretes e, em ambos os casos, até mesmo a contestação da primeira tradução pode ser questionada, uma vez que é preciso confiar cegamente na palavra daqueles que alegam compreender o idioma original, mas que não possuem nenhuma credencial que justifique sua credibilidade.

Em tal situação, voltamos a nos perguntar: qual o objeto da fidelidade do intérprete? Seria ele fiel às palavras, ao sentido, ou àqueles que o contrataram? Mas

existe ainda outro elemento de suma importância no caso DSK, a fidelidade a uma cultura, certamente muito diferente da norte-americana. Explico: Nafissatou Diallo, assim como o falante de fula utilizado como intérprete, é originária de um país da costa oeste africana, a República da Guiné, e o idioma fula é apenas uma das oito línguas nacionais, além dos idiomas falados por numerosos grupos étnicos e do francês, língua oficial da ex-colônia da França, que decretou sua independência em 1958. A população da Guiné é composta por 85% de muçulmanos, 8% de cristãos e conta ainda com 7% de praticantes de crenças locais (Disponível em: <http://www.nationsonline.org/oneworld/guinea.htm>).

O julgamento em questão envolvia uma alta autoridade de nacionalidade francesa, Dominique Strauss-Kahn, então diretor do Fundo Monetário Internacional e cogitado como possível candidato à presidência da França, e uma arrumadeira de hotel, Diallo, imigrante oriunda da Guiné, residindo nos Estados Unidos. O equilíbrio de forças parece indicar claramente quem era o lado menos privilegiado e quem poderia contar com mais recursos para enfrentar tal processo.

Sem entrar no mérito do julgamento em si, interessa-nos pensar a postura do intérprete convocado para atuar na tradução dos telefonemas gravados em fula. Qual seria, por exemplo, sua visão pessoal dos acontecimentos? Estaria ele imbuído de algum sentimento com relação à sua conterrânea, seja a favor ou contra? Em sua cultura, seriam o comportamento de Diallo e sua exposição na mídia considerados uma aberração, mesmo que ela fosse julgada inocente pela corte de Nova Iorque? Teria ele uma empatia instantânea por alguém vindo, como ele, de tão longe? Não temos a resposta a tais perguntas, mas podemos, como sugere Bellos (2011b), questionar a atuação do intérprete não profissional que — vale lembrar — desconhece os códigos de ética da profissão e é, de uma maneira ou de outra, informado por suas próprias crenças e valores.

Evidentemente, os códigos de ética e a filiação a alguma instituição ou associação de profissionais não são, por si sós, garantia da qualidade da interpretação, ou da neutralidade/imparcialidade do intérprete, mas são o que há de mais próximo a essa garantia, uma vez que o profissional assume o compromisso de se ater aos valores expressos em um código e passa a fazer parte de uma comunidade de profissionais que zelam pelo nome de sua associação.

Cabe ressaltar que existem muitas controvérsias mesmo no meio profissional da tradução/interpretação, com grupos como ECOS, Tlaxcala e Babels organizados em



torno de uma proposta ativista, que estaria desvinculada dos valores hegemônicos representados, por exemplo, pela AIIC, a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência.

Pöchhacker (2006) levanta essa questão e discute o posicionamento do grupo Babels, criado com o intuito de organizar intérpretes voluntários para trabalharem nos Fóruns Sociais e partindo do princípio que “para interpretar um debate de cunho político e social de maneira fiel e excelente o intérprete deve estar profundamente convencido da Causa e comprometido com ela” (p. 12), afirmativa à qual o autor se opõe. Segundo ele, a própria ideia de ter um evento interpretado apenas por voluntários ativistas, imbuídos de uma mesma ideologia, faz com que dificilmente estes sejam imparciais ao se depararem com visões conflitantes ou opostas a seus próprios valores, enquanto intérpretes com um compromisso declaradamente profissional poderiam, ao menos, procurar assumir a necessária distância para veicular a mensagem sem tanta interferência.

O ponto crítico aqui está ligado à possibilidade da imparcialidade, à fidelidade ao sentido do discurso traduzido, ao profissionalismo como atitude de respeito ao que está sendo dito, independentemente de filiações políticas ou ideológicas. Apesar dos conflitos existentes na área, para Pöchhacker

parece haver um consenso de que intérpretes de conferência – sejam membros da AIIC ou voluntários da Babels – trabalharão invariavelmente no interior de uma ideologia, seja ela qual for. O que é fortemente contestado, contudo, são as implicações desse embasamento ideológico para o desempenho de um intérprete. (PÖCHHACKER, 2006, p. 12)

Assumindo um posicionamento mais crítico com relação aos valores tidos como hegemônicos, e especialmente em contraste com o posicionamento da AIIC, Jesus de Manuel Jerez (2007), intérprete profissional e docente na Universidade de Granada, na Espanha, além de membro das organizações Ecos e Babels, defende uma mudança de postura tanto profissional quanto acadêmica que permita a formação de “uma nova geração de intérpretes cidadãos” (p. 326).

Jerez (2007) questiona as diferenças de status existentes entre as várias modalidades da profissão de intérprete, como entre interpretação de conferências e interpretação comunitária, procurando identificar os pontos que reforçam visões hegemônicas associadas ao que ele chama de centros do poder — o parlamento europeu, a ONU, e outras instituições do gênero -- e aqueles que enfraquecem o papel social do

intérprete e sua atuação. O autor sugere que uma reflexão que já existe no meio da interpretação seja aprofundada, com efeitos que permeiem desde a formação acadêmica dos intérpretes até toda a gama de valores utilizados pela AIIC na determinação dos melhores critérios de atuação profissional, e convoca, para tal, a participação de “instituições e coletivos sociais, organizados ou não, sejam usuários diretos da interpretação, atuais ou potenciais, ou usuários indiretos” (p. 335), uma vez que o conjunto de ideias, conhecimentos e valores “promovido ou obstaculizado pelos intérpretes afeta toda a sociedade” (p. 335).

A inclusão de idiomas periféricos nos quadros de intérpretes de associações e escolas de formação profissional é um dos efeitos práticos que Jerez (2007) pretende obter como resultado de uma mudança de paradigma que permita maior inclusão social. Como observa Jerez, apesar de a AIIC afirmar em sua página que seu quadro de associados é capaz de cobrir qualquer combinação linguística, inúmeros idiomas simplesmente não estão representados ou são oferecidos de maneira bastante limitada, sendo mais presentes as línguas de países colonizadores.

Como vimos, mesmo entre aqueles acostumados a lidar com a interpretação de maneira mais cotidiana existem divergências e conflitos em torno de questões de ética, de ideologia, de fidelidade à palavra, ao sentido, ao contratante, etc. O que dizer então de alguém que não é intérprete nem tradutor e que foi chamado para cumprir tal função diante de um tribunal, envolvendo um idioma para o qual a competência dos outros atores implicados é nula. Como não questionar a validade da tradução? E como garantir sua qualidade?

Esperamos ter conseguido, com os casos examinados acima, oferecer uma amostra, mesmo que parcial, de situações contundentes nas quais a interpretação pode claramente ser observada do ponto de vista de sua apropriação do discurso e de sua relevância ao pensarmos nas implicações ideológicas e de poder ligadas ao ato de interpretar. Da mesma forma, a variedade de contextos nos quais a interpretação foi retratada nos oferece uma amostra de como ela se insere numa rede maior de acontecimentos e, portanto, de troca de informações e geração de conhecimento e ações.

## 4. Considerações finais

Conforme mencionado no capítulo inicial deste trabalho, esta pesquisa teve como objetivo realizar uma exploração dos temas *poder* e *ideologia* no campo da interpretação, tanto em sua prática, quanto nos seus estudos. Tendo como pressuposto que a neutralidade, pelo menos em termos epistemológicos, não é possível, busquei entrever de que maneira ela é tratada, ou abordada, quando relacionada à atuação do intérprete. Além disso, seguindo a sugestão de Cronin (2002), procurei verificar de que formas o exercício do poder está presente na interpretação e como ele se opõe à ideia de neutralidade, investigando diferentes discussões possíveis ao redor do tema. Como embasamento para a busca proposta, foram reunidos alguns autores e até mesmo disciplinas diferentes que pudessem servir como arcabouço teórico e via de acesso às questões levantadas.

A neutralidade epistemológica, ou seja, a neutralidade como um princípio em si, ou neutralidade absoluta, é considerada impossível devido ao fato de que qualquer agente atua, necessariamente, informado por um determinado contexto e por seus valores internos. Assim, o mesmo ato, quando realizado em situações, ou até mesmo locais diferentes, pode se revestir de sentidos diversos e gerar consequências também distintas de um contexto para outro. No entanto, é possível se falar de neutralidade no âmbito profissional quando ela está ligada a uma postura ética. Nesse caso, o intérprete, por exemplo, escolhe agir eticamente ao não interferir deliberadamente no conteúdo da mensagem que veicula, atendo-se o mais possível às exigências linguísticas que uma interpretação implica – escolhas lexicais, equivalências e outras -- sem efetuar desnecessariamente alterações decorrentes de motivações pessoais, políticas ou de qualquer outra natureza. Seu objetivo é somente transmitir a ideia que foi proferida em um idioma para falantes de outro idioma.

No percurso deste trabalho, foi adotada uma abordagem multidisciplinar que ilustra alguns ângulos a partir dos quais a atividade do intérprete pode ser observada. Com Bourdieu (2003), procurei compreender melhor o funcionamento simbólico do poder e suas implicações. Com Foucault (1996; 2011), foi estabelecida a dimensão que o discurso assume com relação ao poder e de que forma este se organiza em diferentes níveis e redes, funcionando, como salienta Machado (1996), como uma “rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras” (p. XIII-XIV). Uma visão que concorda com Cronin

(2002) no que diz respeito à interpretação, em cujo contexto e prática o poder estaria em toda parte, apesar da relutância em se refletir sobre suas consequências para a profissão e para os estudos da interpretação.

No âmbito desta pesquisa, o poder é concebido como capacidade de agir, como agentividade, diretamente ligada ao ato de escolher, à escolha da palavra e/ou equivalente linguístico mais adequado, de acordo com o contexto e segundo o critério de cada profissional. Daí a importância de pensarmos no que informa cada escolha e tantas variações, um arcabouço que podemos chamar de ideologia, ou conjunto de valores e normas que servem de referencial para a realização de qualquer ação.

Nesse movimento, chegamos às ideologias linguísticas e, com Blommaert (2006) e sua definição de poder capilar, exercido na interação entre ideologia, linguagem e estrutura social, reencontramos Foucault. Encontramos também um nível fundamental de manifestação ideológica presente na estrutura mesma da linguagem e que permeia, de maneira nem sempre perceptível, todo o uso que dela se faz. A ponta de um fio numa trama muito complexa e ampla que ajudou a encontrar um caminho para esta investigação.

Juntou-se a essa trama a visão de ideologia oferecida pelos Estudos da Tradução, apresentada por Calzada-Pérez (2003) e outros autores, procurando fazer a distinção entre aspectos culturais e ideológicos e chegando a uma definição de ideologia não limitada à esfera política, permitindo a investigação de formas de agir e de pensar, percebendo como tradutores atuam dentro de um “contexto ideológico, no qual aprendem e executam suas tarefas” (p. 7).

De posse dessas definições, são abordados os Estudos da Interpretação. Ao procurar entender sua evolução, são encontradas, no percurso, suas próprias visões sobre o tema que interessa a esta pesquisa, e identificados seus conflitos e seus possíveis rumos. Um traço marcante, que se fez evidente, foi a oposição entre a defesa de uma neutralidade e invisibilidade do intérprete, suas exigências de fidelidade e imparcialidade, e aquilo que se constata na prática. Autores como Pöchhacker (2004) criticam a imagem generalizada de um intérprete “não-pessoa”, máquina invisível de tradução ocupando uma posição neutra entre interlocutores. Outros, como Cronin (2002), enfatizam a necessidade de se aumentar a representação de pesquisas sobre interpretação que abordem temas ligados a poder ou ideologia, a exemplo do trabalho de R. Bruce W. Anderson, de 1976, que sugeria a exploração de variáveis como classe social, gênero, escolaridade e fatores situacionais ao se estudar o papel do intérprete,

mas que não levou a nenhuma mudança significativa nos Estudos da Interpretação. Cronin (2002) também aponta para a questão do controle como o “problema central da tradução em geral e da interpretação em particular” (p. 392).

Além de Cronin, Mona Baker (2010) e Maria Tymoczko (2003) posicionam-se fortemente contra o conceito de *mediação* utilizado na definição da atividade de tradutores e intérpretes. Para Baker, este é um conceito raramente definido, porém usado em toda parte, como tema central nas pesquisas de diversos estudiosos da área. Para Tymoczko, o discurso que faz uso da imagem de uma posição intermediária do tradutor/intérprete é enganador e não ajuda na compreensão do envolvimento ideológico dos profissionais da área. Baker (2010) procura evitar essa armadilha conceitual propondo o uso da teoria narrativa na abordagem da tradução e da interpretação, a qual “não permite ‘espaços intermediários’: ninguém, nem mesmo os tradutores, pode estar fora das narrativas ou entre elas” (p. 8), o que faz com que o papel de tradutores e intérpretes seja visto no centro das interações, “nas narrativas que moldam suas próprias vidas, assim como as vidas daqueles para quem traduzem e interpretam” (p. 8-9), numa teia da qual todos fazem parte e com a qual todos contribuem. O trabalho de Baker encoraja uma abordagem mais politicamente engajada, afinada com o que ela considera um momento histórico oportuno, no qual há uma forte participação de tradutores e intérpretes em conflitos violentos e situações limite ao redor do mundo, colocando suas vidas em risco, e no qual se vê a organização de grupos de intérpretes e tradutores profissionais com o intuito de usar suas capacidades linguísticas de maneira política. Esse mesmo movimento de formação de grupos politicamente atuantes de intérpretes e tradutores é analisado por Pöchhacker (2006), que o associa a uma tendência mais recente de pensar o intérprete como integrando a ação e não separado dela, reconhecendo seu papel no interior de estruturas sociopolíticas. O autor considera a discussão sobre o posicionamento do intérprete fundamental para aqueles que atuam em conflitos armados, mas também importante de maneira geral na prática da profissão.

O material levantado permite perceber como tradução e interpretação compartilham o uso que fazem dos conceitos de poder e ideologia, assim como as diferenças existentes nos respectivos contextos de atuação e práticas profissionais. Também se observa como o conceito de neutralidade, ao ser usado no âmbito da profissão de intérprete, não pressupõe uma anulação total do profissional como portador de suas próprias crenças e valores, mas sugere que sua utilização funcione como um ideal, por mais inalcançável que seja, ajudando intérpretes e tradutores a selecionar com

mais rigor e cuidado as interferências inevitáveis que deverá sofrer o discurso original ao ser traduzido/interpretado.

Já na exposição de casos de interpretação, foi traçado um panorama de possibilidades nas quais a atividade do intérprete se relaciona com poder e ideologia de maneiras diversas.

Desde a antiguidade, como vimos com o caso dos dragomanos, o tema da fidelidade e confiabilidade dos intérpretes está presente de maneira bastante forte, e se às vezes não são tão explícitas as ameaças que pairam sobre sua atuação, ao menos não em contextos de conferências, os vínculos com instituições e o pertencimento a determinadas estruturas ideológicas e de poder continuam presentes e atuantes. A mesma questão em relação à fidelidade pôde ser observada no contexto de entrevistas de solicitantes de asilo político, nas quais o trabalho de interpretação é visto como reprodutor do discurso institucional e a identidade do intérprete é construída, muitas vezes, numa espécie de simbiose com a própria identidade da instituição na qual está inserido e na qual atua, um dependendo do outro e alimentando o outro na manutenção de um discurso comum. Além disso, o papel do intérprete como mediador cultural parece, em alguns casos, extrapolar os limites de suas atribuições, quando consideramos as normas de conduta de associações de classe e empresas do ramo de interpretação, e a definição dos limites do papel do intérprete profissional se apresenta como um problema, pois parece variar de acordo com o *locus* de sua atuação.

O antigo personagem do intérprete-diplomata ressurge na pessoa do intérprete presidencial, que precisa ajustar sua fala não somente de acordo com a operação linguística que realiza, mas levando em conta as repercussões políticas daquilo que é dito, fazendo uso de recursos tais como o amortecimento, sugerido por Lenita Esteves (2009), e comprometendo, muitas vezes, a construção da confiança que se deposita no intérprete, sendo esta em geral baseada numa expectativa de fidelidade total à palavra do discurso original. A diferença entre a visão que a mídia em geral tem da interpretação e a visão que os próprios intérpretes têm de seu trabalho também pôde ser observada e alimenta uma reflexão sobre os limites da definição de fidelidade, colocando palavra e sentido em campos, às vezes, opostos. A observação de casos nos quais a intervenção deliberada do intérprete é bem-vinda suscita questionamentos que ainda não encontraram resposta, como por exemplo: Até onde estaria o intérprete respeitando o sentido do original em tais circunstâncias? Como determinar a partir de que momento a fidelidade à fala original deixa de ser prioridade? Existiria uma “hierarquia de

fidelidades” a ser considerada em cada circunstância (palavra, sentido, contexto, etc.)? Essa é, sem dúvida, uma maneira de o intérprete exercer o poder sobre o discurso que interpreta, mas o que deve ser levado em conta, o que deve ser ensinado e aprendido, para que tal exercício de poder ocorra apenas quando necessário e de forma coerente com os valores da profissão?

Em situações extremas, como o caso da interpretação em língua de sinais na Ucrânia, o conjunto de valores do intérprete pode levá-lo a desvios tão fortes que ameaçam a própria identidade do trabalho. Como vimos com Foucault (2011), o discurso é o poder do qual queremos nos apossar, não apenas uma expressão de poder. Essa afirmação é fortemente evidenciada com a intervenção da intérprete no momento do discurso de posse, que é também o tomar posse publicamente do discurso de presidente, que assume uma identidade de autoridade. A não interpretação de Dmitruk utilizou-se do pacto simbólico de crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, mencionado por Bourdieu (2003). Sua posição lhe permitiu tomar a palavra, literalmente, e ser ouvida por aqueles que dela dependiam para receber a mensagem. A legitimidade da fala da intérprete, aqui, é também a ilegitimidade da fala do presidente corruptamente eleito. A própria Dmitruk admitiu ter desobedecido às normas da empresa ao desviar-se do discurso original, mas preferiu, como sugere Oliveira (2008), valer-se de uma ética da responsabilidade, agir politicamente com base em seus próprios valores ideológicos e nas informações de que dispunha.

O caso ucraniano foi considerado uma intervenção positiva, bem-sucedida, da intérprete, que chegou a ser homenageada internacionalmente por sua atitude de defesa da democracia. Contudo, às vezes, o poder que o intérprete detém leva-o a apropriar-se do discurso em benefício próprio. O intérprete encarregado pela FUNAI da interpretação entre índios suruuarrás e jornalistas australianos possuía, certamente, uma agenda previamente acordada com a instituição que o indicou e, literalmente, roubou o direito de expressão dos indígenas, mantendo-os isolados e oprimidos em sua não comunicabilidade. A impossibilidade de usar seu próprio discurso colocou os suruuarrás nas mãos de um intérprete cuja fidelidade, aparentemente, não era nem às falas originais, nem a seus contratantes australianos, mas aos benefícios obtidos em sua relação com a FUNAI.

Em outro contexto, perguntas sobre a fidelidade do intérprete são suscitadas quando alguém externo à profissão é contratado para traduzir telefonemas em idioma fula usados no processo Diallo-DSK. Entram em jogo, neste caso, a filiação cultural do

intérprete ocasional e sua não adesão a nenhum código de ética profissional. Contudo, os próprios códigos de ética não representam em si uma garantia absoluta e existem, dentro do meio da interpretação profissional, divergências e discussões de cunho ideológico que se fortaleceram nos últimos anos com a criação de grupos politicamente engajados de intérpretes e tradutores para atuação em eventos internacionais como, por exemplo, o Fórum Social Mundial. A oposição entre Babels e AIIC, comentada por Pöchhacker (2006) e mencionada no capítulo anterior, é um retrato do comprometimento ideológico que permeia a área da interpretação e da tradução, gerando controvérsias e a necessidade de se aprofundar mais os estudos sobre as consequências do uso político da tradução/interpretação. Concordo com o autor quando este afirma que “parece haver um consenso de que intérpretes de conferência – sejam membros da AIIC ou voluntários da Babels – trabalharão invariavelmente no interior de uma ideologia, seja ela qual for” (p. 12).

A título de conclusão, pode-se dizer que o campo da interpretação oferece um material rico e variado para a exploração de temas ligados a ideologia e poder e que existem ainda muitas interfaces mal definidas, ou não definidas, entre aquilo que se espera do intérprete profissional e de seu contexto de trabalho e o que de fato ocorre na prática.

Apesar de serem aqui tomados como exemplo casos mais explícitos, acredito que o fruto de sua observação e análise pode ser aplicado a nuances mais sutis da atuação do intérprete, pois sempre haverá situações e momentos nos quais o profissional terá que se perguntar a que, ou a quem, é fiel. Escolhas são imprescindíveis nessa profissão, assim como na tradução, e quanto mais informado e consciente estiver o intérprete daquilo que está em jogo no conteúdo e no contexto de sua interpretação, melhor será seu desempenho como agente em seu ambiente de trabalho.

Contudo, é preciso levar em conta a humanidade do intérprete. Não sendo ele um equipamento de tradução automática, estará sempre informado por valores e crenças de cunho pessoal, profissional, social e mesmo político. Se por uma lado é possível assumir um distanciamento que permita a execução imparcial da tarefa em mãos, por outro, vimos o quanto aspectos ideológicos fazem parte da própria apropriação e uso da linguagem, sendo incontornáveis. A interpretação é por excelência um setor que atua com eventos de âmbito internacional, com o encontro de culturas e idiomas diversos. Onde quer que estejamos, é importante levar em conta essa diversidade. Ainda há muito a ser estudado nesse sentido.



Esta dissertação certamente não abrange todos os aspectos ligados a poder e ideologia, mas representa um passo em direção ao aprofundamento e detalhamento de caminhos possíveis nessa linha de investigação. A riqueza de possibilidades e situações na prática do intérprete é, sem dúvida, o que motiva o uso da palavra *passion* na epígrafe deste trabalho, legenda de foto na página de abertura da AIIC. Não é difícil entender de onde vem essa paixão. No entanto, ela precisa ser dosada pela *curtain of professional neutrality* mencionada na mesma legenda. Tal neutralidade idealizada não pode, portanto, permanecer um mistério, uma indagação. É preciso que cada profissional tome sua medida e aprenda a aplicá-la, embora consciente de que ela é, em essência, impossível. Mais um apaixonante paradoxo do ofício.

## Bibliografia

AIIC's Code of Professional Ethics. Disponível em: <<http://aiic.net/page/54>>. Acesso em: 28/06/2012.

APIC, Código de Ética. Disponível em: <<http://www.apic.org.br/website/db/a14/>>. Acesso em: 19/11/2012.

ÁLVAREZ, Román; VIDAL, M. Carmen-África. Translating: A Political Act. In: \_\_\_\_\_ . **Translation, Power, Subversion**. Clevedon/Philadelphia/Adelaide: Multilingual Matters, 1996. p. 1-9.

ANDERSON, R. Bruce W. Perspectives on the role of interpreter. In: PÖCHHACKER, Franz e SHLESINGER, Miriam. **The Interpreting Studies Reader**. London and New York: Routledge, 2002. p. 208-217.

ANGELELLI, Claudia V. A professional ideology in the making: Bilingual youngsters interpreting for their communities and the notion of (no) choice. **Translation and Interpreting Studies**, v.5, n.1, p. 94-108, 2010.

ATA. American Translators Association Code of Ethics and Professional Practice. Disponível em: <[http://www.atanet.org/membership/code\\_of\\_ethics.php](http://www.atanet.org/membership/code_of_ethics.php)>. Acesso em: 19/11/2012.

BAHADIR, Sebnem. The task of the interpreter in the struggle of the other for empowerment: Mythical utopia or sine qua non of professionalism? **Translation and Interpreting Studies**, v.5, n.1, p. 124-139, 2010.

BAKER, Mona. Ethics of Renarration: Mona Baker is interviewed by Andrew Chesterman. **CULTUS**, v.1, n.1, p. 10-33, 2008.

\_\_\_\_\_. Narratives of terrorism and security: 'accurate' translations, suspicious frames. **Critical studies on terrorism**, v.3, n.3, p. 347-364, 2010.

\_\_\_\_\_. Linguística e Estudos Culturais: Paradigmas Complementares ou Antagônicos nos Estudos da Tradução? In: MARTINS, Marcia A. P. (Org.) **Tradução e Multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p. 15-34.

\_\_\_\_\_. Translating political texts. Transcrição de palestra proferida na USP em Julho de 2011 com apresentação em Power Point.

\_\_\_\_\_. Reframing Context in Translation. **Social Semiotics**, v.17, n.1, 2007.

\_\_\_\_\_. Narratives in and of Translation. **Skase Journal of Translation and Interpretation**, v.1, n.1, p. 4-13, 2005.

BAKER, Mona & SALDANHA, Gabriela (Org.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2009.

BARBOSA, Heloisa G. Caminhos e descaminhos dos estudos da tradução e interpretação no Brasil. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/download/3843/2996>. Acesso em: 27/11/2011.

BELLOS, David. **Is that a fish in your ear? Translation and the meaning of everything**. London: Penguin Books, 2011a.

\_\_\_\_\_. Does Justice Lose Something in Translation? **The Wall Street Journal**, 5 de set. de 2011b. Disponível em: <<http://blogs.wsj.com/speakeasy/2011/09/05/david-bellos-we-need-to-understand-the-difficulty-of-translation/>>. Acesso em: 28/06/2012.

BLOMMAERT, Jan. Language Ideologies and Power. Palestra proferida na International Sociology Conference, Durban, 27 Julho de 2006.

BOÉRI, Julie. “A Narrative Account of the Babels vs. Naumann Controversy: Competing Perspectives on Activism in Conference Interpreting”. **The Translator**, v.14, n.1, p. 21-50, in press.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CALZADA-PÉREZ, Maria. Transitivity in Translation. The Interdependence of Texture and Context. A contrastive Study of Original and Translated Speeches in English and Spanish from de European Parliament. Tese de doutorado não publicada, Edinburgh, Universidade de Heriot-Watt, 1997.

\_\_\_\_\_. “Introduction”. In: CALZADA PÉREZ, MARÍA (Ed.). **Apropos of Ideology: Translation Studies on Ideology – Ideologies in Translation Studies**. Manchester, UK & Northampton MA: St. Jerome, 2003, p. 1-22.

CASTRO, Marcelle de Souza. “Tradução, ética e subversão: desafios práticos e teóricos.” Dissertação (Mestrado em Letras). PUC-Rio, 2007. Disponível em: <[http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=10747@1](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=10747@1)> Acesso em: 23/08/2011.

CHABRY, Annie; CHABRY Laurent. **Le Pouvoir dans tous ses États: pour une nouvelle science politique**. Paris: Imago, 2003.

CRONIN, Michael. The empire talks back: Orality, heteronomy and the cultural turn in interpreting studies. In: PÖCHHACKER, Franz; SHLESINGER, Miriam (Orgs.). **The Interpreting Studies Reader**. London and New York: Routledge, 2002. p. 387-397.

DEPARTMENT OF JUSTICE – CANADA. Official Languages Act. Disponível em: <<http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/O-3.01/>>. Acesso em: 27/11/2011.

DIRIKER, Ebru. Simultaneous Conference Interpreting in the Turkish Electronic and Printed Media: 1988-2003. **The Interpreters' Newsletter**, v. 12, p 231-243, 2003.

\_\_\_\_\_. Conference interpreting, sociocultural perspectives. In: BAKER, Mona & SALDANHA, Gabriela (Org.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 56-59

ELER, A. O SAP da FUNAI. In: **Revista Veja**. Edição 2242, 9 de nov. de 2011. P. 98. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: 28/06/2012.

ESTEVES, Lenita R. Da tradução como amortecimento. **Tradução em Revista**, v.7, p. 01-18, 2009.

FAWCETT, Peter & MUNDAY, Jeremy. Ideology. In: BAKER, Mona & SALDANHA, Gabriela (Org.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2009.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 1-14.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GILE, Daniel. Conference interpreting, historical and cognitive perspectives. In: BAKER, Mona & SALDANHA, Gabriela (Org.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 51-56

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa**. HOUAISS/Objetiva, 2009.

HULL, David & WILKINS, John S. Replication. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2008 Edition)**, Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2008/entries/replication/>>. Acesso em: 07/01/2013.

INGHILLERI, Moira. Asylum. In: BAKER, Mona & SALDANHA, Gabriela (Org.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 10-13

JEREZ, Jesús de Manuel. De la ética a la política: Hacia una nueva generación de intérpretes ciudadanos. In: BOÉRI, Julie & MAIER, Carol. **Compromiso Social y Traducción/Interpretación. Translation/Interpreting and Social Activism**. Granada: ECOS, 2007. p. 326-337.

KAHANE, Eduardo. Les interprètes dans les conflits: Les limites de la neutralité. AIIC Website, 2007. Disponível em: <<http://extranet.aiic.net/viewpage.cfm/page2693>>. Acesso em: 27/11/2011.

KATAN, David. Culture. In: BAKER, Mona & SALDANHA, Gabriela (Org.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2009.

KELLNER, D. Ernst Bloch, Utopia and Ideology Critique. Disponível em: <<http://www.uta.edu/huma/illuminations/kell1.htm>>. Acesso em: 27/10/2011.

LALLEMENT, Michel. Michel Foucault: Le savoir et le pouvoir. In: DORTIER, Jean-François (Org.). **Philosophies de Notre Temps**. Auxerre, Éditions Sciences Humaines, 2000, p. 85-93.

LEWIS, Bernard. **From Babel to Dragomans: Interpreting the Middle East**. Londres e Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

LLS. Language Line Services: Interpreter Code of Ethics. Disponível em: <[http://www.language.com/code\\_of\\_ethics](http://www.language.com/code_of_ethics)>. Acesso em: 19/11/2012.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: A trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Por uma genealogia do poder. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. VI-XXIII.

\_\_\_\_\_. A Genealogia do Poder. In: \_\_\_\_\_. **Ciência e Saber: A trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.187-201.

MARTINS, Marcia A. P. A institucionalização da tradução no Brasil: O caso da PUC-Rio. In: **Cadernos de Tradução** (UFSC), v. 1, n. 19, 2007, p. 171-192.

\_\_\_\_\_. As Contribuições de André Lefevere e Lawrence Venuti para a Teoria da Tradução. In: **Cadernos de Letras** (UFRJ) n.27 – dez. 2010, p. 59-72.

Merriam-Webster's Unabridged Dictionary. Versão 3.0, 2003.

MUNDAY, J. **Introducing Translation Studies: Theories and Applications**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2001.

NATIONS ONLINE. Disponível em:

<<http://www.nationsonline.org/oneworld/guinea.htm>>. Acesso em: 08/12/2012.

OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. A tradução e a ética da responsabilidade em períodos ditatoriais. In: Seminário do GEL, v. 56, 2008, *Programação...* São José do Rio Preto (SP): GEL, 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/?mesa=22-08>. Acesso em: 22/06/2011.

PIRON, Claude. The hidden perverse effects of the current system of international communication. Palestra proferida por Claude Piron, no International Youth Forum "Interweek", Akademgorodok / Novosibirsk, Sibéria, Rússia, em 15 Maio de 1994, com algumas modificações.

PÖCHHACKER, Franz. **Introducing Interpreting Studies**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. Interpreters and ideology: From 'between' to 'within'. **Across Languages and Cultures**, 2006, v.7, n.2, p. 191-207.

\_\_\_\_\_. Issues in interpreting studies: In: MUNDAY, Jeremy (org.). **The Routledge Companion to Translation Studies**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2009, p. 128-140.

SCHLEIERMACHER, F. Sobre os diferentes métodos de tradução. Trad. Margarete von Mühlen Poll. In: HEIDERMANN, W. (Org.). **Clássicos da teoria da Tradução: antologia bilíngüe**. V. I, alemão-português. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001, p. 26-87.

SELESKOVITCH, D. & LEDERER, M. **Interpréter pour traduire**. Paris: Didier Érudition, 2001.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. O intérprete de Lula. In: **Isto É – Independente**. Edição 2067, 24 de junho de 2009. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/19641\\_O+INTERPRETE+DE+LULA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/reportagens/19641_O+INTERPRETE+DE+LULA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)>. Acesso em 28/06/2012.

SILVERSTEIN, M. Language Structure and Linguistic Ideology. In: CLYNE, P., HANKS, W., & HOFBAUER, C. (Org.). **The Elements: A parassession on linguistic units and levels**. University of Chicago, Illinois, 1979, p. 193-247.

STAHULJAK, Zrinka. The Violence of Neutrality in and of the War (Croatia, 1991-1992). **College Literature**, Special Issue: Cultural Violence, v.26, n.1, p. 34-51, 1999.

TAKEDA, Kayoko. Sociopolitical Aspects of Interpreting at the International Military Tribunal for the Far East (1946-1948). Projeto de pesquisa apresentado como cumprimento parcial dos requisitos para obtenção de Diploma em Estudos Avançados, 2006.

THIERRY, Christopher. La responsabilité de l'interprète de conférence professionnel ou pourquoi nous ne pouvons pas écrire nos mémoires. **Meta**, v.30, n.1, p. 78-81, 1985.

TYMOCZKO, María. Ideology and the Position of the Translator: In What Sense is a Translator "In Between"?. In: PÉREZ, María Calzada (Ed.): **Apropos of Ideology – Translation Studies on Ideology – Ideologies in Translations**, Manchester: St Jerome Publishing, 2003, p. 181-201.

TIMOCZKO, M.; GENTZLER, E. **Translation and Power**. Amherst/Boston: University of Massachusetts Press, 2002.

VAN DIJK, T. A. **Ideology. A multidisciplinary Approach**, Londres: Sage, 1998.

VENUTI, Lawrence. Introduction. In: **The scandals of translation: towards an ethics of difference**. Londres: Routledge, 1998. p. 1-7.

\_\_\_\_\_. “A invisibilidade do tradutor”. Tradução do texto “The translator’s invisibility” (**Criticism**. v. XXVIII, n. 2, Spring 1986, Wayne State UP, p. 179-212) por Carolina Alfaro. **PaLavra** (3). Rio de Janeiro: Departamento de Letras da PUC-Rio, 1995. p. 111-134.

ZARAKHOVICH, Yuri. Signs of the Times. **Time Europe**. 10 out. 2005. Disponível em: <<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1112801,00.html>>. Acesso em: 22/02/2012.